

EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Nº 179 • Ano VI • De 06 a 19 de Outubro de 1983 • Cr\$ 200,00



“Onde está o direito do índio? Onde está o direito do ser humano? Só tem direito ser humano gente pobre. Onde está o direito do povo? Aqui não tem direito nenhum, porque aqui direito do povo é

fome, direito do povo é injustiça. O direito do povo é a miséria. Esse é o direito do povo. Mas não tem direito do povo para viver, para respirar, para comer, para cantar, para abraçar outro. Aqui no Brasil precisa ter gente. O Brasil precisa ter homens de capacidade, homens de coragem, homens que prestam. Esse



peçoal, eu não estou muito satisfeito com esses milicos. Estou chateado porque a guerra está aí, a fome está aí, expulsão está aí, injustiça está aí. Todos nós estamos chamando o Ministro Delfim Neto de

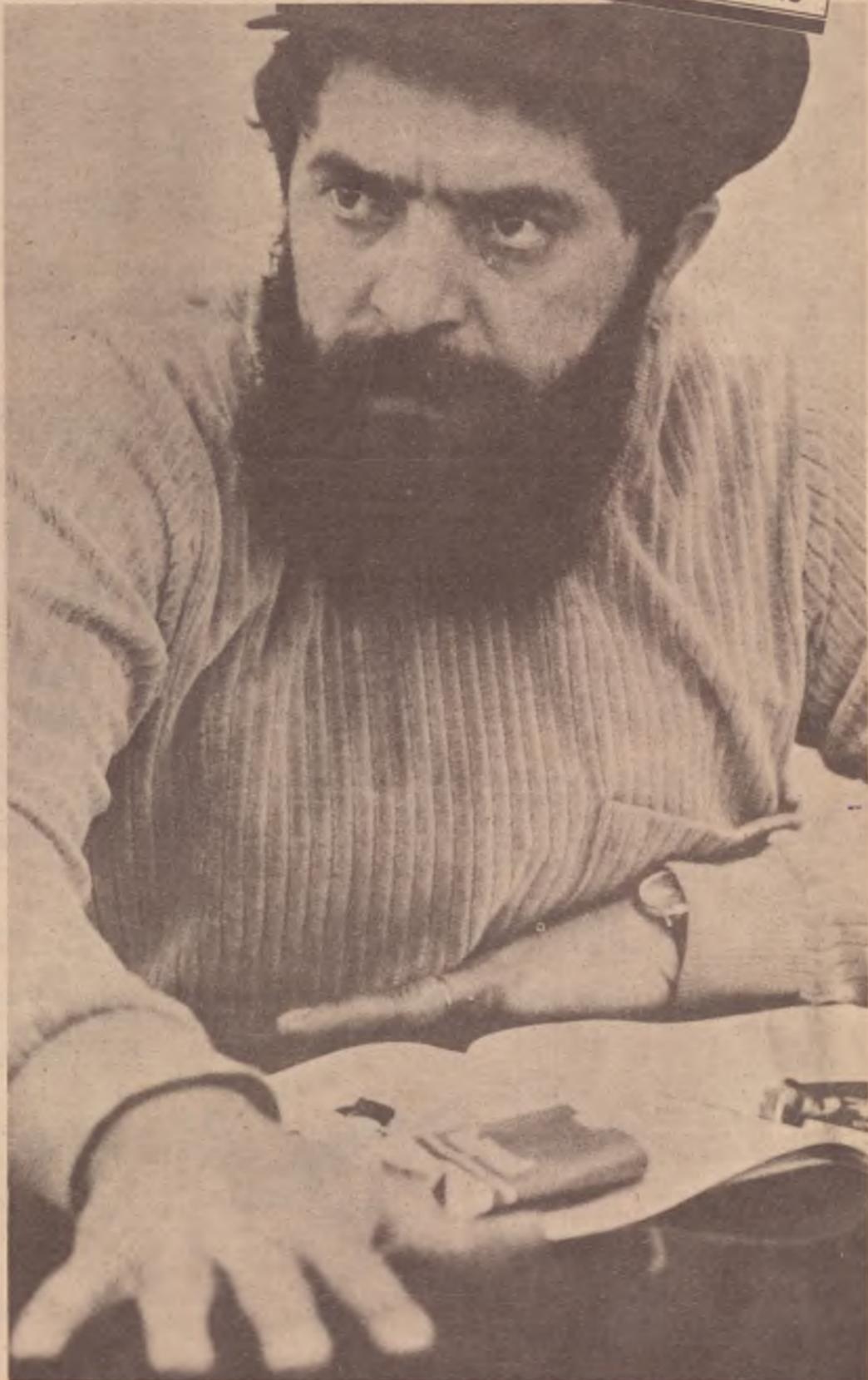
ladrão, o pior que existe no Brasil.

Não é só Delfim que é ladrão, não é só Delfim que está roubando a terra do Brasil. Se tivesse só o Ministro Delfim Neto roubando o dinheiro



da Nação, ele já tinha sido demitido há muito tempo. E como o presidente da República, como outros Ministros também estão roubando. É o mesmo problema. É difícil. O Ministro não vai sair”.

Entrevista:



COMO ORGANIZAR A GREVE GERAL

Em entrevista exclusiva, Lula fala dos caminhos da greve geral marcada para o dia 25 de outubro. A preparação da greve tem um calendário difícil e desafios enormes: é preciso vencer a falta de infra-estrutura, crescer em organização, pressionar para a adesão dos setores vacilantes. O caminho da preparação da greve é também a trilha para o enraizamento da Central Única. Na pauta, as manobras do governo para aprovar o decreto-lei 2.045 (Págs. 2, 3, 8 e 9)

Derrubar o 2.045 e o que mais vier

Surpreendido com a derrubada do decreto-lei 2.024, o governo reagiu violentamente. Nos dias seguintes à derrubada do decreto, que tentara aprovar pelo sistema do decurso de prazo, chegou mesmo a levantar a hipótese de baixar automaticamente um outro decreto caso o decreto-lei 2.045 fosse rejeitado ou de acabar com o reajuste semestral.

Incapaz de coesionar o seu próprio partido em torno à aprovação do decreto-lei 2.045, o governo nos dias seguintes passou a trabalhar mais a negociação de alguns itens do decreto. Quando do fechamento desta edição, esta negociação passava pelo dimensionamento do índice de reajuste para os trabalhadores que recebem até três salários-mínimos e por medidas adicionais orientadas para o aumento da arrecadação do Estado seja pela elevação das faixas do Imposto de Renda, seja pela maior tributação dos ganhos no mercado financeiro.

Mas, ao mesmo tempo que acenava com a possibilidade de negociação, o governo encaminhava um pedido de esclarecimento sobre a possibilidade do Congresso votar um decreto quando falta quorum em uma das suas Câmaras. O PDS tem 46 membros contra 23 da oposição no Senado. Se ficar estabelecido que o Congresso só pode votar com quorum na Câmara dos Deputados e no Senado, o governo tem todas as chances de retirar os seus membros do Senado, levando à aprovação do decreto-lei 2.045 por decurso de prazo.

Mas mesmo a eventualidade da negociação não oferece muitas vantagens aos trabalhadores. De acordo com declaração do ministro Delfim Neto, concedida à imprensa no dia 5 de outubro,

Diante da forte barreira à aprovação do decreto-lei 2.045, o governo estuda as alternativas. Vale tudo para cumprir os requisitos do novo acordo com o FMI.

"não há nenhuma chance dos salários voltarem a ter reajustes iguais aos percentuais do INPC". Isto é, a negociação iria até índices de reajustes inferiores ao INPC, o que quer dizer que de qualquer forma os trabalhadores continuarão a ter reajustes abaixo do índice inflacionário. Isto sem considerar que há suspeitas generalizadas de manipulações nos índices do INPC, além do escândalo assumido dos expurgos. E a inflação não parou de subir, em uma escalada vertiginosa...

Ficar preso, portanto, aos rodeios de uma negociação com limites traçados em círculo de ferro não corresponde de forma alguma aos interesses dos trabalhadores.

Os condicionamentos do último acordo

Na verdade, este círculo de ferro é resultado de um outro, o assumido formalmente pelo governo com o FMI na última Carta de Intenções.

No último dia 26, tendo como representante na mesa de negociações com os banqueiros internacionais, o senhor Jacques de Larosière, diretor do FMI, o Brasil obteve a promessa de 11 bilhões de dólares para os anos de 83 e 84. Destes 11 bilhões, 6,5 virão de 800 bancos internacionais; 4,5 bilhões virão do FMI e dos países credores. Além destes empréstimos, o Brasil negocia atualmente um empréstimo de curtíssimo prazo no valor

de 3 bilhões de dólares para conseguir saldar o pagamento dos juros atrasados até o final de dezembro deste ano, como reza o acordo com o FMI.

O fato é que estas somas só começam a ser liberadas a partir de 15 de novembro e o passo exigido para a sua liberação é exatamente a compressão brutal dos salários, além de fortes medidas recessivas.

Repressão em Natal

Fome, miséria e o aprendizado espontâneo levaram os desempregados aglutinados em torno do SINE-RN a efetuar uma manifestação no dia 26 de setembro. No dia seguinte, uma manifestação mais numerosa conseguiu forçar uma audiência com o governador que, além de negar todas as reivindicações jogou a polícia nas ruas.

Já no dia 28 de setembro, o *Diário de Natal* denunciou como "agitadores" militantes do PT que se encontravam desempregados há três anos. Além de sofrer violências, estes desempregados foram levados ao DOPS. Neste mesmo dia, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte já estava paralisada e a cidade repleta de soldados. As 16 horas, a Faculdade de Medicina foi cercada pela PM e pela Polícia Federal.

Impedidos de saírem em passeata, os estudantes se concentraram no pátio da Assembléia Legislativa, onde sofreram novo ataque sob a forma de gás lacrimogênio. Em uma atitude vergonhosa, simpatizantes do jornal *Hora do Povo* indicaram à Polícia Federal, os companheiros que haviam sido presos pela manhã.

Outro fato foi a repressão sobre os trabalhadores da imprensa local, particularmente os radialistas que durante toda semana levaram à população natalense os fatos.



A histórica sessão do Congresso que pôs abaixo o decreto-lei 2.024

Os trabalhadores e os decreto-leis

Sob pena de estar sempre no mesmo lugar, os trabalhadores têm que aprender como sair da posição defensiva de eternamente lutar contra os infundáveis decretos-leis.

Por Sandra Starling

Quando Médici em 1970 baixou o decreto-lei número 1077, impondo a censura prévia na divulgação de livros e periódicos, travou-se um primeiro round na batalha entre as oposições e o regime a respeito do uso dos decreto-leis pelo Presidente da República.

A época, o único partido da oposição legalizado, o MDB solicitou ao procurador-geral da República que representasse ao Superior Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade daquele decreto-lei mas o procurador arquivou o pedido. Inconformado, o MDB propôs a reclamação nº 849 diretamente ao Superior Tribunal Federal mas perdeu a parada. O STF julgou improcedente a reclamação, reconhecendo que o procurador-geral da República tem direito com exclusividade a propor ou não o exame da constitucionalidade de qualquer lei e portanto, a ninguém mais é possível fazê-lo.

Essa decisão do Superior Tribunal Federal mostrou onde emperrava a via jurídica da luta contra o decretos-leis porque o procurador-geral da República é escolhido pelo presidente sem ouvir qualquer pessoa e, por isso, seus atos convergem com as diretrizes do chefe do governo. É por causa disso que o líder da ex-Arena, Cantídio Sampaio, podia tranquilamente desafiar o líder do ex-MDB, Odacir Klein, que ameaçava pedir a declaração de inconstitucionalidade dos decreto-leis sobre o projeto Carajás em 1981. Em plenário, Cantídio ironizou: "não vai entrar com recurso nenhum. Já fizeram 20 anos e nunca aconteceu nada. E nem vai acontecer porque se a oposição fizer, a petição será meramente considerado inepta" (*Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1981).

Pressão direta

Os empresários aprenderam bem a lição.



Isto é, entenderam que pedir a declaração de inconstitucionalidade como meio de lutar contra um decreto-lei não leva a nada. Porisso, partiram firmes para a pressão direta sobre o próprio presidente da República quando este a 25 de fevereiro de 1981 baixou o decreto-lei 1861, transferindo os recursos do SESI, SENAI, SESC e SENAC que os empresários administravam para a Previdência Social, com o intuito de tampar o rombo nela constatado.

Em lugar de pressionar o Congresso para rejeitar o decreto-lei (o que leva tempo e não invalida os efeitos já produzidos) e, em lugar de travar uma luta na Justiça, que é também demorada, e tem os mesmos inconvenientes, os empresários pura e simplesmente ameaçaram boicotar a comitiva de Figueiredo na viagem que este fazia à Colômbia naqueles dias e foram plenamente vitoriosos: no dia 25 de março de 1983, um mês após o primeiro, Figueiredo baixou outro decreto-lei nº 1867 e revogou o anterior estabelecendo que a previdência devolvesse o SESI, SENAI, SESC e SENAC a arrecadação que recebera.

Pouca gente soube da briga dos empresários (ver *Gazeta Mercantil*, 7 e 9 de março de 1981) mas os trabalhadores pagaram por ela quando em janeiro do ano seguinte, em 1982, outro decreto-lei elevou o desconto mensal de

cada assalariado para enfrentar a crise da Previdência.

Lições da História

Em 1983, os trabalhadores mais uma vez se vêm diante da necessidade de lutar contra decreto-leis que agora não baixados para achatam os salários. Optando pelo caminho de pressionar o Congresso para rejeitá-los, os trabalhadores enfrentam agora a dura realidade. Em primeiro lugar, o tempo gasto para que o decreto-lei chegasse a ser revogado significa uma perda que os trabalhadores nunca mais recuperarão. Como os efeitos dos decretos-leis não ficam anulados mesmo em caso de sua rejeição no Congresso, a derrubada de um deles (como ocorreu com o 2.024) não resolve o problema do que perdem enquanto ele vigorou. O mesmo poderá acontecer se o 2.045 for rejeitado.

Em segundo lugar, e porque o presidente pode baixar decretos-leis à vontade, mesmo que tenham a vitória sobre o 2.045, podemos nos ver no dia seguinte, obrigados a outra vez iniciar a luta contra outros decretos-leis que, por exemplo, leve os impostos que pagamos como já se anunciou no governo.

As lições da história recente sobre como cada grupo social enfrenta, vence ou perde a

luta contra os decretos-leis estão aí colocadas.

Resta, a nós trabalhadores, pensar, vamos ficar eternamente lutando ora contra um, ora contra outro decreto-lei e, nesse meio tempo (lá se vai mais que um ano) perdendo nos nossos salários, ou vamos nos mobilizar para pressionar diretamente o presidente para que este revogue os decretos-leis que não nos interessam? Ou vamos lutar para que definitivamente o presidente perca o poder de editar decretos-leis?

Neste caso, ou se faz uma emenda constitucional, o que é difícil, porque a oposição não tem maioria (nas duas casas) ou se propõe a elaboração de uma nova Constituição e, aí, a discussão já passa a ser por uma Assembléia Nacional Constituinte.

Estas são reflexões e definições que precisamos rapidamente fazer, sob pena de lutar, lutar e estar sempre no mesmo lugar.

ERRATA

No artigo "CUT/Paraíba-Organizar a Luta", da edição passada, cometemos dois equívocos de informação:

1 — A Associação do Magistério Público (AMPEP) não se estabeleceu como sede provisória da CUT estadual. Na verdade, ele apenas sediou a primeira reunião da CUT.

2 — A filiação da AMPEP à Central Única ainda vai ser objeto de decisão em um congresso próximo da categoria.

As últimas semanas deixaram nos jornais a inegável certeza de que ao imperialismo e o empresariado vão jogar pesado na imposição de uma saída "austera e sacrificada" para a crise brasileira. Dois eminentes representantes do capital estrangeiro fizeram eco às declarações já famosa de Donald Regan e ao telefonema que "estimulou" Figueiredo a tocar prá frente o pacote do 2045.

Em primeiro lugar, foi o Sr. Jacques de Larosière, diretor-gerente do FMI e ministro não declarado do planejamento econômico brasileiro: "Se o Brasil não efetivar o acordo com o FMI, ele desaparece pelo ralo". Faltou dizer por qual peça do banheiro sairá o FMI se o Brasil não pagar a dívida... Dias depois, o sr. Willian Simon, ex-secretário do Tesouro americano e sócio do sr. Mario Garnero no grupo financeiro Brasilinvest, vem aos jornais pregar mais recessão e dizendo que temos que curar nossa "ressaca de boa vida".

A moratória e o terror

A *Gazeta Mercantil*, tradicional periódico dos empresários paulistas, saiu, em 10/83, com uma "edição do terror preventivo". A capa ia da suspensão dos vôos da Royal Air Maroc no Brasil aos apertos de importação causados pela centralização do câmbio pelo Banco Central. Para insinuar a saída, ao lado, a notícia de um "supplier's credit" (crédito para suprimento, desde que as compras sejam feitas no país prestador...) cedido pelo Eximbank americano, o que desafogaria em parte as dificuldades de importação das empresas sediadas no Brasil.

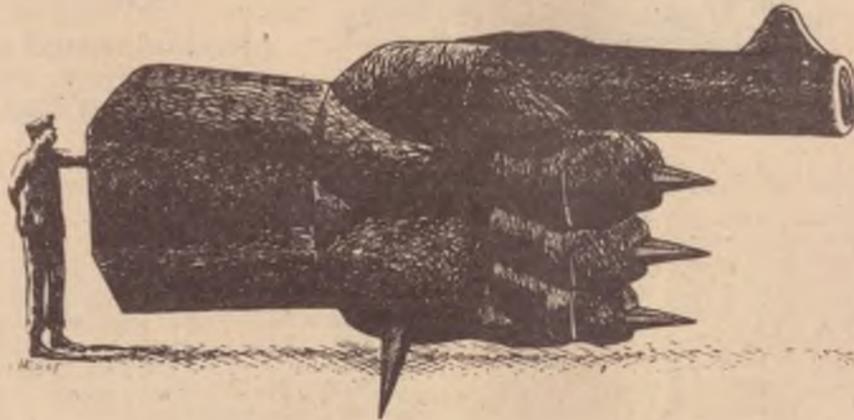
As ameaças são incrivelmente reais, como mostram as páginas internas daquele jornal, marcadas por títulos do seguinte tipo: **Falta carvão, ameaça à Cosipa — Faltam componentes na Philco — 600 Escort incompletos — Setor farmacêutico preveniu-se — Esgotam-se insumos na Pirelli — Prejuízos à informática — Ameaçada produção de resinas da União — Indústrias de tintas sem matérias primas.**

Ameaças de fechamento político

Afora o rumoroso caso Juruna, transformado em cavalo de batalha do executivo com o legislativo às vésperas da votação do "pacote" atômico, vários outros pequenos recados foram enviados às oposições, nublando os céus de Brasília. A volta das senhoras "marchadeiras" de 1964, a punição de um militar (capitão Sérgio Etchegoyen) que

Terrorismo preventivo FMI já ameaça abertamente

Banqueiros internacionais e o diretor do FMI acenam com o desastre. E o próprio secretário do Tesouro Americano, Donald Regan, chegou a afirmar que "teme pelo futuro do Brasil se o Congresso não aprovar o 2.045".



se indispôs com o comandante militar do Planalto e ex-chefe da agência central do SNI, Newton Cruz, o afastamento, pelo Planalto, do seu líder no Senado, por pedir a cabeça do chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu — são indícios do aquecimento dos motores golpistas.

Mas os quatro episódios de alto teor inflamável foram, nas duas últimas semanas: a inclusão, entre os indiciados em crime no processo Capemi-Tucuruí, do filho de Figueiredo, Paulo Renato, e do irmão do general Newton Cruz; o estrangulamento cambial

(previsto para 45 dias) mesmo com as providências de emergência do FMI; os desdobramentos do caso Coroa-Brastel-Relatório Saraiva, envolvendo Delfim Neto e, ao que tudo indica, o próprio Figueiredo (chefe do SNI por ocasião do relatório secreto); as vaia que saudaram Figueiredo no seu encontro com mais de mil prefeitos de cidades interioranas do país; os saques, num quadro em que os assalariados e desempregados já vendem até seus dentes e próteses dentárias, transformam-se em quase manifestações de massa.

As dificuldades para um endurecimento

Contudo, diferentemente do que ocorria em 1968, quando o terror de desagregação social foi capitalizado pelos "duros", hoje a desagregação é, em grande parte atribuída à própria ditadura, e a alternativa à "subversão" é, acenada por vezes com alguma forma de remendo no regime, conforme chegam a admitir até mesmo alguns militares, que, em off, teriam declarado à imprensa: "Estamos vivendo em clima de revolução francesa, com saques e flagelos, e é bom lembrar que a subversão pode usar a fome para incendiar o país. O governo está se desintegrando e o único meio de reerguê-lo é fazer alterações na equipe econômica".

Sintomático é o espaço que vem ganhando na imprensa as justificativas para outro tipo de saída política e econômica. A justificativa da moratória pelo economista Celso Furtado, do PMDB, é uma resposta à acusação de calote: o direito de declará-la é garantido pelo fato do país ter pago altíssimos spreads (taxas de risco, uma espécie de seguro) pelos empréstimos que tem feito. Sem dúvida, deve ter calado no horror dos ministros a notícia da prisão por atentado à soberania nacional, do negociador da dívida externa argentina. Nessa linha, o presidente da OAB (Ordem dos Advogados) declara: "é preciso reescrever o pacto social brasileiro" — referindo-se à Assembléia Nacional Constituinte. E o próprio general Andreazza, ao que tudo indica, candidato de uma ala dos duros do SNI, chega a admitir como sua "plataforma eleitoral": reforma da constituição, mandato-tampão de 4 anos, eleições diretas e bilhete azul para Delfim.

Um obstáculo colocado diante dessas saídas é a determinação de Figueiredo: "daqui só saio morto". Mas a saída pode ser menos heróica do que a de Getúlio, que afinal em certo momento indispôs com o próprio imperialismo americano, o que não ocorre, visivelmente com a dupla João-Delfim.

Nota da edição

A partir deste número o exemplar de EM TEMPO passa a custar Cr\$ 200,00. A assinatura anual será vendida ao preço de Cr\$ 4.000,00 e a semestral a Cr\$ 2.000,00

Editorial

O calendário da greve geral

1. O regime militar brasileiro e o modelo econômico gerado em 1964 enfrentam neste momento sua maior crise. O desastre econômico que ameaça transformar o país numa gigantesca sucata administrada pelos canhões imperialistas associa-se a uma crise social e política que atravessa as fábricas, plantações, parlamento e atinge os quartéis.

Ao lado disso, uma reação desordenada, desesperada é e às vezes quase suicida das massas mais oprimidas faz lembrar aos militares mais atentos as imagens da revolução francesa. Exageros manipulados à parte, o fato é que o quadro se torna a cada passo mais apropriado para justificar a afirmação do memorando confidencial do FMI, que há meses advertia que a crise econômica havia colocado o país no compasso apressado de uma ruptura política. O perfil da ruptura é difícil de definir e seu destino depende não apenas de condições objetivas, mas da ação política das classes, dos organismos da sociedade e dos partidos.

2. A explosão dos desempregados de São Paulo, em

abril, transformou-se numa ação centralizada e mais politizada nas greves e manifestações de 21 de julho. Mas a distância existente entre o nível de organização operária e a exasperação da crise se manifestou novamente nas últimas semanas: o movimento sindical cedeu lugar às explosões dos saques de cidades do nordeste e dos mercados na periferia de grandes cidades. O que mostra uma quase-lei da conjuntura: o refluxo do movimento sindical organizado, seu encolhimento, mesmo que muito passageiro, abre o campo para que o desespero dos esfomeados e ofendidos fique à deriva. A ofensiva desse movimento, por outro lado, faz aparecer no horizonte a perspectiva positiva de uma alternativa operária para a crise.

3. É perigoso brincar com as tensões sociais, acendendo pavios sem saber onde está o paiol do inimigo. Por outro lado é criminoso tentar ludibriar, com quaisquer argumentos que sejam, as aspirações de mudança social que as massas exploradas esperam para sua situação de miséria e insegurança. Não se trata de

encarar os motins, saques e revoltas com a inconsequência de não lhes procurar enquadramento político organizado. Por outro lado, propor um enquadramento tímido e vacilante, limitado e munido de um derrotismo por antecipação, de encomenda, fará de todos os que se engajarem nessa alternativa, reféns do poder burguês reconstruído. E, a prazo que pode não ser longo, a desilusão das massas conduzirá esses propositores de um "arranjo de elites" ao desprezo e à desmoralização. Vários setores empresariais se preparam para acenar com propostas de reformas tímidas, um acerto de medidas e candidatos de consenso. Vozes do reformismo, pelo temor à evolução da crise rumo a um confronto em condições desvantajosas, recomendarão à classe operária que se encolha ante as asas dos "setores não fascistas" do regime.

4. Nada mais enganoso que este método de pensar a situação política. Quanto mais a classe operária e seus setores mais organizados recuam, mais deixam campo para retrocessos políticos. Foi com a

presença combativa e organizada que a classe operária pode arrombar as portas da abertura política e fazê-la chegar, ainda que por momentos e parcialmente, até as fábricas, os sindicatos, a vida dos trabalhadores enfim. Diante dos casuismos e negociatas da sucessão, cabe responder: eleições diretas, já, fora o colegio eleitoral da ditadura! Aos acenos de reforma num futuro indefinido, cabe responder: por uma Assembléia Constituinte — que o povo trabalhador tenha a liberdade e o direito de se organizar e escolher que tipo de país deseja construir, uma vez que os de cima já falaram e já falharam.

5. É nesse quadro exigente que se aproxima o 25 de outubro, limite de votação do famigerado 2045, símbolo abusado da exploração, e data também da greve geral convocada pela Central Única dos Trabalhadores. A preparação da greve é ainda deficiente e deixa muitos trabalhadores combativos receosos. Além disso, a própria adesão de muitos setores sindicais que não se integraram — ou se integraram parcialmente à

Central Única, não é garantida, embora também não esteja, de antemão, descartada. Se, por um lado, a greve geral de 21/7 foi convocada e preparada em 15 dias, esta segunda jornada terá que ser melhor organizada, mais enraizada e mais nacional. E o esforço brutal que isso exige ainda está por se fazer, em grande parte.

6. Nenhuma vacilação pode haver. É preciso fazer daqui até 25 de outubro o máximo de empenho no sentido de que a classe operária organize seus movimentos, faça assembleias, cubra as cidades de propaganda e agitação contra o regime e sua política econômica, prepare a greve. O empenho do Partido dos Trabalhadores é nisso questão de vida ou morte. A articulação de seus núcleos, de seus militantes sindicais deve — e, felizmente vêm sendo feito — ser agilizada nesse sentido. É a única alternativa para conter o apetite golpista e as tentativas de lançar o custo das crises sobre os ombros do proletariado, para fazer o regime recuar e preparar o salto para adiante do movimento operário e de seus aliados.

“Juruna tem razão, Delfim é ladrão”

Não tem Ministro nenhum que presta. Para mim todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo Ministro é mau caráter. (...) Ninguém pode dizer que Juruna não presta. Quem não presta é todo Ministro, quem não presta é todo milico, esse pessoal que tira a polícia do quartel contra índio.

Onde está o direito do índio? Onde está o direito do ser humano? Só tem direito ser humano milico. Não tem direito ser humano gente pobre. Onde está o direito do povo? Aqui não tem direito nenhum, por que aqui direito do povo é fome, direito do povo é injustiça. O direito do povo é a miséria. Esse é o direito do povo. Mas não tem direito do povo para viver, para respirar, para comer, para cantar, para abraçar outro.

Aqui no Brasil precisa ter gente. O Brasil precisa ter homens de capacidade, homens de coragem, homens que prestam. Esse pessoal, eu não estou muito satisfeito com esses milicos. Estou chateado porque a guerra está aí, a fome está aí, expulsão está aí, injustiça está aí.

Todos nós estamos chamado o Ministro Delfim Neto de ladrão, o pior que existe no Brasil. Não é só Delfim que é ladrão, não é só Delfim que está roubando a terra do Brasil. Se estivesse só o ministro Delfim Neto roubando o dinheiro da nação, ele já tinha sido demitido há muito tempo. F como o presidente da República, como outros Ministros também estão roubando. É o mesmo problema. É difícil. O Ministro não vai sair.

O Ministro Mário Andreazza está acabando com a gente. Como já disse, ele foi chefe do transporte e quem acabou terra do índio. Ele é responsável. Foi quem fez estrada na terra do índio, em Waimirim-Atroari, na Amazonia para fazer estrada o índio chegava para



defender sua terra. Mandava Exército matar índio, jogar bomba para cima do índio.

O Brasil, comparação, é como canoa que vai vazia. Canoa vai em busca da água e vai e encosta em cima da canoa e canoa afunda até embaixo da água e vai e encosta em cima de embaixo da água. O piloto, sai, o resto morre. Então é o mesma coisa com o Brasil, que está afundando. Como esse presidente do Banco Central, que saiu e não conseguiu mais tirar a canoa. Entregou a canoa para Pastore. Mas ele não vai conseguir tirar.

Eu, Juruna, não quero Nova Iorque. Juruna não quer Paris. Quem quer Paris é o

Num grito explosivo de insatisfação contra os desmandos do governo de Figueiredo, o povo solidarizou-se com o deputado Mário Juruna em suas últimas declarações na Câmara Federal. Ameaçando o parlamentar com a cassação de seu mandato, o governo, na realidade, procurou desviar a atenção do povo da luta contra o 2.045.

Delfim, o João Batista, o Mário Andreazza, o Ministro da Justiça, o ministro do Minério...”

Reação calculada

Eram 17 horas do último dia 26 quando o deputado federal Mário Juruna, do PDT carioca, fazia estas e outras acusações a um plenário de menos de vinte parlamentares. O cacique Juruna, em sua simplicidade, chegava a conclusões que certamente passam pela cabeça de muitos brasileiros.

Imediatamente, numa reação calculada e com objetivos precisos, o presidente Figueiredo procurou seus ministros e deu o

ordem: era preciso cassar o mandato de Juruna. Obediente a determinação, todos os 22 ministros de Figueiredo encaminharam ofícios à mesa da Câmara Federal pedindo a punição do parlamentar.

Um clima de tensão imediatamente se instalou nos meios políticos. Deputados amedrontados com a possibilidade de um fechamento, do confronto, lembrando o episódio Márcio Moreira Alves que serviu de pretexto para edição do Ato Institucional nº 5. Outros, como o presidente da Câmara, Flávio Marcílio, fazendo declarações de princípio exaltando a independência dos poderes e a soberania do Legislativo. De outro lado, o ministro Válder Pires, do Exército, era um dos mais duros a exigir a cassação de Juruna. Justamente ele, que há pouco dias, vetava a publicidade do Relatório Saraiva a uma CPI da Câmara. Como se sabe, o relatório Saraiva trata de denúncia de corrupção praticada pelo atual ministro Delfim Neto quando embaixador na França.

O resultado das pressões foi, afinal, uma moção de censura a Juruna votada pela mesa da Câmara. Até o próprio PDT, partido ao qual Juruna é filiado aceitou negociar a advertência ao deputado.

O povo, como era de se esperar, foi quem afinal solidarizou-se plenamente com o deputado Juruna. Na manifestação de dez mil pessoas no Rio de Janeiro, no último dia 30, um coro entoava o refrão “Juruna tem razão, Delfim é ladrão”.

No último dia 4, inconformado, o deputado Juruna declarava à imprensa que o seu papel era defender o índio e, em segundo lugar, o branco que sofre como índio. E arrematava: quem matou terra de índio não é branco? Que tá matando pobre de fome não é branco? Quem tá fazendo a dívida externa não é branco?”

Movimentos populares

Dias 14, 15 e 16 de outubro o movimento comunitário de Porto Alegre estará reunido para preparar o IV Congresso Estadual de Associações Comunitárias e debater a fundação de uma União Municipal. Quem convoca é a Comissão Pró-União Municipal. Estão no temário do Encontro Municipal de Associações de Moradores de Porto Alegre os problemas de Habitação e posse da terra, transporte, alimentação e abastecimento, saúde e meio ambiente, educação e política salarial, desemprego e inflação, além da organização dos moradores de vila.

EM TEMPO ouviu um dos membros da Comissão Pró-UAMPA. Antônio Matos da Silva, líder comunitário morador do Campo da Tuca e presidente eleito nas últimas pré-convenções da zona 113 do Partidos dos Trabalhadores.

Qual o objetivo do Encontro Municipal?

Antônio — O Encontro é para tentar unificar as lutas comunitárias em Porto Alegre. Hoje elas são coordenadas pela Federação Rio Grandense de Associações Comunitária e de Amigos de Bairros — FRACAB — mas já é hora de criarmos a União Municipal, como há no Grande Porto Alegre (Vião, Alvorada, Novo Hamburgo). Outro objetivo do Encontro é preparar o IV Congresso de Associações Comunitárias do Rio Grande do Sul. Em todas as cidades onde há trabalho comunitário este encontro deve se multiplicar. Isto vai ajudar as Associações a fazerem a discussão na sua base, trazendo propostas para os Encontros municipais e daí para o Congresso Estadual.

— No ano de 83 quais as principais lutas levadas pelo movimento comunitário em Porto Alegre?

Porto Alegre Encontro vai fundar União de Moradores



Antônio — o ano começou com uma importante luta em torno do problema do transporte urbano. Com a implantação do sistema integrado de transporte na região do Partenon, sem qualquer consulta aos moradores e trazendo uma série de desvantagens aos usuários, iniciou-se uma luta para que os interesses dos moradores da região fossem respeitados. Entre as reivindicações estava a volta dos bancos aos coletivos, a extensão das linhas a vilas não atendidas, a manutenção dos cobradores e não substituição por roletas mecânicas, que causaram grande desemprego, respeito à lotação máxima determinado por

lei municipal, maior número de coletivos nas linhas, fim das filas. Algumas reivindicações foram atendidas, como a volta dos bancos, mas o problema do transporte continua sendo um dos principais problemas enfrentados pela população. Hoje a maior luta é em torno dos aumentos das tarifas que, por cálculos feitos por uma CPI da Câmara Municipal, vêm sendo abusivos (Porto Alegre tem a mais cara tarifa municipal do país). No início do governo Jair Soares a realização de visitas às vilas populares foi uma jogada demagógica que as associações comunitárias enfrentaram organizadas. Na pri-

meira das visitas depois da eleição, no Moro da Cruz, Jair Soares foi recebido pelos moradores organizados que apresentaram que série de reivindicações, entre elas a extensão de uma linha de ônibus e água encanada. Outras vilas depois visitadas também apresentaram suas principais reivindicações e o governo acabou recuando do contato direto com a população e colocando como canal uma Assessoria Especial, uma resposta burocrática que acaba sendo mais uma forma de engavetar reivindicações.

No Campo de Tuca o ano começou com uma grande vitória — a invasão de uma área extensa

dentro da vila, ocupada apenas por três famílias, que, pressionadas por um grupo de advogados, mantinham a área como propriedade particular. Por decisão dos moradores a terra disponível foi ocupada, primeiro por trinta famílias, e agora já existem cento e vinte famílias morando na área. A invasão foi feita a partir da organização das famílias prejudicadas com os deslizamentos de terra da área do valão e por famílias que moravam em espaços muito pequenos. A Associação apoiou decididamente a luta e teve a assessoria da Comissão de Movimentos Populares do PT, pelo trabalho de advogados.

Atualmente, em outra área, na zonal sul da cidade o Beco do Adelar, os moradores organizaram a ocupação mais racional do espaço disponível, ocupando um terreno próximo. Em muitas outras vilas da cidade problemas parecidos têm sido enfrentados, e os moradores têm procurado partir para a ocupação, impedindo a exploração dos terrenos em litígio por parte de imobiliária e pessoas que só querem ganhar dinheiro com isso.

— Esse Encontro vai fundar a União de Moradores de Porto Alegre?

Antônio — Esse Encontro deve fundar a União, mas as eleições serão marcadas para uma data próxima. Todas as Associações de Moradores do Porto Alegre podem participar da eleição, votando e apresentando candidatos. O Encontro deve tirar uma Comissão Eleitoral para encaminhar o processo. Isso traz mais gente para a luta e é um incentivo para que as vilas se unam, organizem o apoio entre si. A UAMPA será mais uma frente de luta do trabalhador que, maior vítima da crise econômica e política, têm no movimento comunitário um série de batalhas importantes para levar.

A Guerra dos Saques em São Paulo

Ao contrário do que diz a recente campanha de Montoro, São Paulo é a própria crise. Desde o dia 19 de setembro, uma onda de saques toma conta da cidade tendo por focos as maiores regiões operárias da cidade.

Na madrugada fria de São Paulo, dois helicópteros dirigidos por militares sobrevoavam as maiores favelas lançando sobre elas a luz de holofotes na busca de identificar movimentações ou agrupamentos de pessoas. Recebendo um chamado de emergência, dirigem-se para as portas de um supermercado e, em vôos rasantes, dispersam uma pequena multidão que se preparava para saquear.

No supermercado Kofu, Heitor Eitsuru, o filho do dono do estabelecimento, postado em cima da caixa registradora com duas carabinas à mão à espera de uma eventual carga de famintos. Na periferia, os comerciantes pagam informantes para identificar nas redondezas qualquer movimentação estranha.

No dia 30, bastou um boato soprado pelo medo que se generaliza para levar os comerciantes de todo o centro de São Paulo a fechar suas portas. Na periferia, uma mulher carregando uma sacola vazia já é suspeita de pertencer ao exército de saqueadores.

A onda de saques que inundou a Grande São Paulo a partir do dia 19 de setembro — já sobem a 62 os saques realizados — colocou no esquecimento a mensagem de que São Paulo é maior que a crise que o governo Montoro, mobilizando milhões dos cofres públicos, ofereceu como fio de esperança para a população. Hoje, São Paulo, a capital das riquezas do país é também a capital da fome e do desespero.

Um exército de rotos e esfarrapados

“As programações dessa onda de violência urbana, movimento típico de guerrilha urbana que está ensinado no livro de Marighela, já atingiram seus objetivos psico-sociais”, declarou Romeu Tuma, o homem da Polícia Federal em São Paulo. Com a experiência de quem já passou pela chefia do Serviço Nacional de Informações, o general Figueiredo indicou a Montoro que o fato de até agora não ter sido preso nenhum agitador reconhecido entre os saqueadores não indica que os saques sejam espontâneos pois o estado-maior do movimento não se colocaria à frente dele.

Esta idéia de um movimento programado e planejado está de fato tão longe da realidade como o otimismo artificial do governador Montoro. Os saques, pelo seu número, pela forma como se dão, são já movimentos de massa, pequenos ensaios de enfrentamentos de um exército de esfomeados que têm o seu quartel general em cada favela da cidade.

Os saqueadores agem com a coragem, a disposição e a energia que só um bando de pessoas soldadas pelo desespero podem ter. Ele não escolhe hora para atacar, pode vir em pleno horário de funcionamento comercial ou na calada da madrugada. Podem vir sob o ensaio de gritos de guerra ou silenciosamente organizados como no supermercado Estrela, na Zona Leste paulistana, onde trinta mulheres em silêncio, de forma organizada, iam abrindo as sacolas enquanto as crianças jogavam dentro arroz, macarrão, açúcar, café, óleo, extrato de tomate, brinqueados e sandálias.

Podem vir em bandos, desalinados e sem uma liderança visível ou com um comando formado, como na Merceria Miranda, na cidade Leonor, saqueada



Carabinas...



...e helicópteros contra o povo

A nossa miséria e a deles

Há algum tempo, desde que não era mais possível negar a realidade de calamidade do país, a imprensa burguesa vem se pautando em mostrar com todas as tintas e cores o estado de miséria absoluta. É lógico, o prato preferido foi o nordeste, trazendo para a mesa de refeições do país os ratos e calangos. A miséria, exposta, repetida foi o ponto de partida para a inauguração de um blitz de campanhas de donativos, liderados por redes de televisão e bancos.

A miséria une os corações diante da catástrofe. A miséria da seca, das enchentes e da crise econômica. Desastres armados sobre a cabeça dos brasileiros pelas artimanhas de deuses furiosos, pelas forças da natureza, presentes de grego.

Nunca uma realidade foi tão mostrada e tão ocultada ao mesmo tempo. A miséria para eles não tem história, não tem razões, não tem responsáveis. Como se fome não tivesse relação com o arrocho salarial, o desemprego, com a política de recessão que o governo mergulhou o país.

Esmola e porrete

Agora vem o jornal O Globo chamar a atenção para a necessidade da repressão aos saques. “Os saques são atos de

apropriação violenta e indébita de bens de terceiros e como tal têm de ser reprimidos. A propriedade tem de ser garantida. Os delinquentes têm de ser punidos. E a autoridade tem que ser responsável”, afirmam em editorial.

E prosseguem: “ouvir-se a esta altura dos acontecimentos, uma autoridade pública justificar os saques a estabelecimentos comerciais com a alegação de que os saqueadores, têm fome dá bem a medida do quanto podem a demagogia e a pusilanimidade concorrer para agravar o quadro de tensões sociais em que já vivemos por força da atual crise econômica”.

E advertem com o aval das campanhas de ajuda aos flagelados da seca: “ninguém excederá as Organizações Globo no empenho com que denunciam à Nação o estado de carência das populações flageladas pelas desgraças do clima, no Sul e no Nordeste, e pelo desesperador desemprego que nas regiões fabris segue no rastro da recessão. A essa denúncia tem se seguido um grande trabalho de mobilização da solidariedade pública aos necessitados, com resultados que testemunham o espírito de fraternidade do brasileiro”.

Enfim, depois da esmola, o porrete.

por vinte mulheres e crianças lideradas por dois homens armados de facas e pedaços de pau. As vezes formam em pequenas alas, de vinte a quarenta pessoas, com mulheres e crianças, ou em verdadeiras massas como se deu no supermercado Mio, em Guaianases, onde 300 pessoas, arrombaram as portas de aço e afugentaram um guarda armado que preferiu fugir a enfrentar a multidão.

Desempregados e arrojados

O rosto dos saqueadores tem muitas faces. É o de José Francisco Conteiro, 22 anos, comerciante, desempregado há cinco meses, morto à bala quando saqueava um supermercado no bairro Rio Pequeno. É o da empregada doméstica Janete dos Santos, presa quando participava de um saque ao supermercado Morita, no Parque Jabaquara, na zona sul paulista. É o do servente de pedreiro Luis Carlos Pereira, de 21 anos e um filho, desempregado há vários meses.

É também o de Antonio Carlos Lacerda, 23 anos, solteiro, cobrador. Ou de I.B.P., de 15 anos, faxineira, todos estes presos em flagrante de saque. Ou ainda como os rostos de Vanda Soares Manduco (26 anos) e Rosalina Ramos Antero, da favela do Caixote em Pé, baleadas na perna quando participavam de um saque a um empório de alimentos em Diadema.

O exército de saqueadores alimenta suas fileiras na imensa fila dos desempregados, mas também naquelas inúmeras profissões dos sub-empregados, dos fazedores de bicos, dos sub-remunerados que constituem hoje seguramente a maior parte da classe trabalhadora brasileira.

A esmagadora maioria dos saques se concentra na região sul da cidade de São Paulo — periférica ao bairro de Santo Amaro onde eclodiu a revolta dos desempregados em abril — ou na Zona Leste, de enorme concentração operária, região também conhecida pelos tradicionais quebra-quebras de trens.

No Jardim Grimaldi, um bairro da zona leste paulistana, uma favela inteira participou dos saques. “Passou um punhado de gente dizendo que ia e o povo foi junto”, descreve um morador da favela. “Eu vi um grupo caminhando com sacolas, já sabia que era um saque e resolvi participar porque estava passando necessidade”, diz um outro.

Não há dúvida sobre isso. As principais regiões dos saques coincidem com os principais redutos operários da cidade.

Linha da continuidade

São Paulo este ano já foi sacudida três vezes. A primeira, com a explosão dos desempregados de Santo Amaro, que se generalizou por toda a cidade e durou vários dias. A segunda, com a greve geral do dia 21 de julho, quando a cidade parou sob a convocação dos sindicatos, revelando uma adesão muito superior à capacidade organizativa do movimento. A onda de saques é o terceiro momento.

Esta sequência dá uma amostra do clima de revolta, do potencial de luta que percorre as fileiras da classe operária. É neste quadro que se dá o esforço para centralizar e politizar a luta feita pela Central Única dos Trabalhadores rumo à greve geral.

O único deputado estadual do PT mineiro, João Batista dos Maros Guia, acaba de dar um novo passo em sua trajetória política cada vez mais distante do ideário petista. Um passo, diga-se de passagem, ousado (porque não desavergonhado?) que deixou até mesmo muitas de suas bases constrangidas.

Enquanto a direção nacional do partido discute hoje uma alternativa de poder para o PT na conjuntura, opondo-se frontalmente às alternativas burguesas em disputa, enquanto isso, nas alterosas, no último dia 29, João Batista resolveu somar-se ao PDS e ao PMDB numa homenagem solene que a Assembléia Legislativa de Minas prestaria a Aureliano Chaves e que ficou marcada como prova da chamada unidade mineira em torno da candidatura do atual vice à presidência da República.

A grande imprensa local comemorou o fato com destaque, mais da metade da matéria do dia seguinte sobre o evento dando cobertura à fala do deputado petista. Com a palavra, o Estado de Minas:

"O vice presidente Aureliano Chaves chegou à Assembléia Legislativa às 15 horas (...) sendo recebido pelo presidente (da casa) Genésio Bernardino, pelo governador Tancredo Neves, por deputados estaduais e federais do PDS, PMDB e PT, além de personalidades do meio político mineiro. A reunião especial começou com o presidente Genésio Bernardino convidando as autoridades para comporem a mesa (...) nomeou ainda os deputados líderes das bancadas partidárias na Assembléia para, em comissão, introduzirem no recinto do plenário o vice presidente Aureliano Chaves (...) (em seguida) ouviram os pronunciamentos dos deputados João Batista dos Mares Guia do PT, Jesus Trindade do PDS e Nilson Contijo do PMDB. Dando continuidade à solenidade o presidente da Assembléia Legislativa fez a entrega ao vice presidente do diploma da medalha 'Ordem do Mérito Legislativo' e sua consequente condecoração. O coral da Assembléia executou a modinha mineira 'Amo-te muito'."

Sob o intertítulo "Palavra do PT" o Estado de Minas abre o destaque para a fala do deputado petista:

"Não é por imperativo de gentileza, Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, que em nome do PT venho a esta tribuna para lhe fazer uma saudação, afirmou o deputado João Batista dos Mares Guia, como primeiro

Minas — Extra!

Deputado (petista?) saúda Aureliano

A ala direita do partido radicaliza suas posições, deixando já para trás o apoio ao velho, cansado e difícil PMDB para juntar-se agora no coro mais realista dos louvadores do Dr. Aureliano. Saudando o vice presidente (em nome do PT!) o deputado estadual mineiro João Batista dos Mares Guia não poupou elogios à figura de Aureliano: um talentoso da idéia do consenso; um combatente da corrupção; um presidente interino leal e equânime e que (pasmem-se) somente não suspendeu as intervenções nos sindicatos devido a injunções do período!!!

orador da solenidade em homenagem ao vice presidente da República, acrescentando que, 'venho porque me sinto perfeitamente a vontade para fazê-lo. Em primeiro lugar porque ouvindo suas palavras na noite de 20 de julho, pela televisão, recordo-me do seu compromisso, quando disse que era imperativo do governante ouvir todas as lideranças. Pela primeira vez, ao longo de duas décadas de arbítrio e autoritarismo, um governante

falava à nação e se referia também às lideranças sindicais e aos trabalhadores."

(NR-ET): recorde-se que nesta noite, véspera da greve geral do dia 21/7, Aureliano veio em cadeia nacional ameaçar o movimento sindical!).

"Reafirmou o deputado petista que 'o país atravessa um mar de calamidades, que mais



além da crise econômica ou em conjunção com ela nos revela a cada dia para desesperança nossa o escândalo Coroa-Brastel e o das negociações entre a empresa Delfin S/A e o BNH.

O escândalo da Capemi, do SNI-Baumgarten dentre outros que a nação reclama sejam plenamente esclarecidos. Disse Mares Guia também que "quando me refiro a estas últimas calamidades em particular também não posso deixar de registrar o seu comportamento, já nos últimos dias de sua interinidade quando tomando ciência das polonetas determinou rigorosa investigação a respeito daquela anomalia. Por esta razão, sr. vice presidente, sinto-me à vontade, talvez para dizer que é possível ao país, um país maduro, fazer a travessia, escapar às calamidades. Somos uma nação de 130 milhões de habitantes, uma classe operária de 10 milhões de operários fabris, responsáveis, comprometidos com a ética dos direitos humanos e com a ética da liberdade. Temos uma classe operária madura, configurada como tal e que tem compromissos práticos e éticos com a vida pacífica como forma de transitar da calamidade à esperança" disse o deputado. Segundo Mares Guia a "idéia do consenso sem dúvida é generosa. Ela nasce na teoria do contratualismo político com Thomas Hobbes que, por dever de ofício, lá atrás, no século XVI, elaborou-a em virtude da universalidade e do caráter de inovação histórica (...) a única possibilidade de se organizar a convivência em sociedade seria através do pacto, do consenso onde os súditos abdicariam dos seus direitos naturais para os que engajariam a razão da sociedade em nome da razão do Estado (...) no país de hoje tal como se configura a atual conjuntura reconhecemos o talento que é próprio àqueles que tem formulado a idéia de consenso como alternativa mais viável e realista para esta travessia. Parece-nos entretanto que o consenso hoje, no Brasil de 1983, tende a ser o patrocínio de um pacto excludente de elites auto selecionadas, que dariam à crise o tratamento que julgam ser o mais adequado, excluindo do processo participativo de condução democrática a imensa maioria da nação, representada através de seus sindicatos, do conjunto dos partidos, de toda a gama da sociedade civil que não abdica dos seus direitos à participação política. Em virtude disso acreditamos que a verdadeira travessia se fará através de um conceito mais universalista, através de um diálogo, através das eleições diretas para a presidência da República, o mais breve possível, através da livre disputa entre todos os partidos legalmente constituídos (...) Concluiu afirmando que 'tomamos a liberdade de lhe dizer estas palavras, que lhe fazem uma saudação, por saber que V.Exa. dispensou aos seus adversários políticos, na sua interinidade, tratamento leal e equânime. Apenas fazemos registro de uma sequela que fica: as intervenções em cinco sindicatos de trabalhadores. Entendo as injunções do período, mas isso não justifica tal procedimento' "

Executiva Nacional

A última reunião da Comissão Executiva Nacional do PT tratou de vários assuntos além de Diadema (ver ao lado) e da questão estudantil (ver pág. 11).

Um recurso do ex-Secretário Geral Jacó Bittar pedia revogação de decisão anterior que transferira-o daquele cargo para o de vogal: depois de informes e pequena discussão sobre o tema o recurso foi negado e a decisão mantida, sem maior significado político além das razões de funcionalidade alegadas anteriormente pela Executiva quanto ao remanejamento.

Em relação aos programas de televisão e rádio, garantidos por lei também a nível estadual, a Executiva deliberou um esquema de centralização e ajuda, às regionais através da produção de peça comum para ser acoplada como parte aos programas que venham a ser produzidos em cada estado.

Por fim, a discussão política propriamente dita que se iniciara na reunião anterior e que deveria continuar agora, avançou pouco. Ficou deliberada que uma comissão composta por Weffort, Ibrahim, Luiz Eduardo e Perseu elaboraria um texto para a discussão que deverá se dar já na reunião dos dias 15 e 16 do Diretório Nacional.

Diadema: mais demissões

As relações entre o prefeito Gilson Menezes e o PT de Diadema continuam rompidas e se agravaram ainda mais nos últimos dias. Gilson não apenas não cumpriu até agora nenhuma das determinações da Comissão Executiva Nacional do partido como, mais do que isso, na semana passada demitiu mais 4 funcionários petistas da prefeitura por divergências políticas. Dentre estes funcionários um era diretor do teatro municipal e o outro diretor da associação dos funcionários públicos municipais.

Frente a este quadro de desrespeito das determinações partidárias agravado por atitudes até mesmo provocadoras como foram estas últimas demissões, a impressão que se tem é de que o caso já se encaminha para seu desfecho. A Comissão Especial criada para Diadema foi praticamente impotente em seu esforço de resolver politicamente a crise, restando agora apenas a saída disciplinar sobre o prefeito.

Foi este o sentido mais geral da discussão sobre o tema travada na última reunião da Comissão Executiva Nacional

sábado passado. Se até o dia 14 próximo Gilson não tiver cumprido as determinações da direção o caso irá ao Diretório

Nacional (que se reúne dia 15 e 16) através da instauração de processo a nível da Comissão de Ética.

R.G. do Sul

"O Trabalho" excluído dos 113

No Rio Grande do Sul já estão circulando documentos de duas articulações para disputar a Pré-Convenção Regional do PT no próximo dia 6 de novembro. "PT-83: Um passo adiante" lançou um documento para circulação interna e está convocando uma reunião regional no dia 22 de outubro para discutir um ante-projeto de Resoluções e Plano de Ação. Na oportunidade será feito um levantamento completo das adesões e concordâncias que a proposta alcançou. O texto que está circulando é assinado por 18 militantes petistas, entre eles o professor Raul Pont, Vice-presidente do Partido no Estado e ex-candidato ao senado, Paulo de Tarso Carneiro (bancário), Clóvis Oliveira (professor), Miguel Rosseto (metalúrgico), José Clóvis Azevedo (professor) todos integrantes da atual executiva regional.

Outra articulação, que no Rio Grande do Sul se "inspira" no Manifesto dos 113 lançou um documento intitulado "Contribuição ao Debate" e é liderado também por membros da atual executiva regional, Clóvis Ilgenfritz (secretário geral), Selvino Heck, Enid Backes, e José Luis Carneiro Cruz, além do vereador Antônio Holfeldt. Na última semana surgiram problemas com a exclusão sectária dos militantes do jornal O Trabalho desta articulação. Até agora esses companheiros não só estavam integrados na articulação, como em Porto Alegre tomaram a iniciativa de articular os que concordavam com o "Manifesto dos 113". Na semana passada a articulação realizou uma reunião e foi barrada a entrada de dois militantes d'O Trabalho, entre eles Adeli Sell, integrante da executiva.

O PT e a Questão do Poder

"É hora de definir nossa estratégia e nossa tática"

Segundo Virgílio Guimarães de Paula, Secretário de Movimentos Populares da Executiva Nacional do PT, os debates que começam a se desenvolver na direção do partido dizem respeito diretamente à estratégia e tática do PT para a tomada do poder. Situando desta forma a discussão, Virgílio traça aqui um perfil da posição que vem sustentando no debate, dando sequência à entrevistas que EM TEMPO vem fazendo sobre o tema.

A seu ver, qual o alcance deste novo debate que se abre no partido?

Virgílio — Eu acho que trata-se da questão programática, de ver qual deve ser o programa do PT para este período que estamos vivendo no país. Não se trata portanto de uma simples resolução política, mas de algo bem mais profundo. A partir do programa inicial registrado no Tribunal, da Plataforma Eleitoral do ano passado, do Projeto de Programa Econômico e da última Resolução Política do Diretório Nacional, temos agora que procurar avançar no esqueleto básico que acumulamos (um partido de classe) o qual não é uma definição suficiente para dar respostas à atual conjuntura. É por falta deste programa para o período inclusive que o PT tem enfrentado certas dificuldades na sua ação tática, na relação com outras forças políticas, bem como na sua própria construção, na medida em que se cria um pântano que deixa espaço para as mais variadas políticas e atitudes. A realidade de curto e médio prazo que temos pela frente requer cada vez mais do partido uma estratégia e uma tática para a tomada do poder. E é disso que se trata agora. Hoje as bases do partido cobram isto, cobram linha, definições, propostas. Trata-se por tanto de ouvir de fato as bases mas para efetivamente tomarmos decisão sobre a linha do partido.



O projeto da abertura política tal como veio até agora encontrou já seu limite.

— Como você situa a conjuntura atual?
Virgílio — O projeto da abertura política, tal como veio até agora, encontrou já seu limite. A política de arrocho não combina com a política de negociação que a abertura destampou; a sucessão controlada tampouco. Frente esta contradição ou a ilegitimidade do governo e a crise econômica se aguçam ameaçando explodir, ou então o governo tem que deixar a abertura de lado e passar de vez para a democracia possível no capitalismo periférico, mesmo que forte, elitista, salvaguardada etc.

O Exército e a grande burguesia estão cada vez mais decididamente a favor desta mudança, que significaria um Aureliano ou um Tancredo o que, entenda-se bem, é a opção a mais conservadora possível do ponto de vista das classes dominantes.

Mas esta opção encontra também fortes barreiras. Por um lado a crise

econômica, que só tem solução dentro de um desafogo que o imperialismo viesse a dar ao capitalismo brasileiro, o que é difícil mas não descartável tendo em vista o ônus político que a negativa poderia trazer. Por outro lado, está o movimento de massas que passa agora abertamente para as grandes lutas. Não se trata mais de lutas reivindicatórias mas de lutas que vão contra o próprio regime e sua política econômica, que acumulam forças no rumo de um enfrentamento global.

Estas duas barreiras, a crise e o movimento de massas, colocam cada vez mais evidente na conjuntura a questão do poder: quem manda e quem deve mandar no país?



A bandeira da constituinte é a verdadeira resposta democrática do partido hoje.

— O debate na Executiva parece ser consensual até este ponto, este diagnóstico. Como você se posiciona a partir daí?
Virgílio — Veja, os partidos reformistas tem propostas muito claras: pacto social para refrear as massas e garantia total para a transição à democracia possível. Isto coincide inteiramente com a visão dos setores burgueses mais conscientes. Já o PT se afirma socialista, contra a conciliação e a ditadura, mas não tem ainda uma resposta clara à questão do poder. A partir destes pressupostos que ele afirma, como estabelecer uma estratégia e uma tática que levem à tomada do poder?

Temos que levar em conta por um lado a questão da democracia, de uma resposta política capaz de unificar o conjunto dos setores sociais potencialmente aliáveis ao proletariado na derrubada da ditadura; e de outro lado um projeto econômico que responda às aspirações imediatas das massas, sem nos preocuparmos se ele é viável ou não no capitalismo.

As eleições diretas para presidente são fundamentais, necessárias, mas não chegam a ser suficiente como resposta alternativa global, colocando o fim da ditadura militar e suas leis, e um reordenamento da sociedade no plano político, econômico e social. É a bandeira da constituinte (que traduz exatamente no nível democrático seu estágio mais avançado) que se coloca como resposta democrática do partido, capaz de aglutinar os trabalhadores, camponeses e camadas médias na luta contra o regime, trazendo estes setores para o campo da luta global contra a ordem estabelecida.

A constituinte não é uma panacéia, como de resto qualquer outra bandeira democrática tampouco. Os exemplos históricos são os mais variados. Mas o importante não é prever em que condições melhores ou piores para os trabalhadores ela irá eventualmente se realizar mas, sim, por em movimento os trabalhadores e seus aliados numa luta global contra o regime militar que aí está.

— Mas e a questão do governo que convoca esta constituinte?

Virgílio — Acho que o PT deve ser a favor de um Governo dos Trabalhadores. Mas a defesa da constituinte não é contrária a isto, pelo contrário. Não devemos condicionar a luta pela constituinte ao requisito prévio do Governo dos Trabalhadores; nós somos pela constituinte. Ao mesmo tempo devemos deixar claro que, para que ela seja efetivamente democrática e soberana, ela terá que se realizar com amplas liberdades, sem a coerção do poder econômico, sem boicote dos monopólios etc, o que só ocorrerá se houver um governo capaz de garantir sua soberania (jamais portanto constituinte com Figueiredo). Somente uma aliança entre operários, camponeses e camadas médias poderá dar força e sustentação a um governo deste tipo, que é nada mais nada menos que um Governo dos Trabalhadores.

— E na relação com outras forças políticas, como você acha que o PT deveria se colocar?

Virgílio — Para dar sustentação a esta luta, não basta o PT sozinho. Infelizmente o PT ainda não representa hoje o conjunto dos explorados. Outros partidos reformistas e até mesmo liberais abrigam atualmente parcelas consideráveis de operários, camponeses e camadas médias. Por isso temos que nos dirigir



Nossa política de unidade tem que ser agressiva tanto nas cúpulas como nas bases das outras forças.

tanto às bases como às cúpulas destes partidos, legais ou não, com propostas concretas, chamando à unidade nas lutas que façam avançar nossa estratégia. Não apenas propostas para desmascará-los, embora isto sempre ocorrerá quando não assumam, mas propostas que de fato puxem as massas, como agora por exemplo a Greve Geral, a CUT etc. Esta tática é que possibilitará avançar o movimento de massas, crescer o PT no seio dos explorados e ao mesmo tempo desmascarar os liberais e os reformistas.



Lula candidato, com um programa alternativo, criando comitês ou brigadas de luta pelo país afora.

— A discussão está um tanto genérica, clássica. Como você ilustraria esta política no presente?

Virgílio — O PT tem que sair do casulo. Tem que ter propostas ofensivas na conjuntura. O chamamento à Greve Geral é apenas um primeiro ensaio. O partido deve buscar criar fatos políticos mais globais, por exemplo em cima das eleições diretas: Lula poderia ser lançado candidato na pré-convenção nacional junto com um programa político, social e econômico do partido para ser agitado nas massas, praças, fábricas, bairros, meios de comunicação (usando todos os horários gratuitos de TV por exemplo) etc criando comitês ou brigadas populares de luta por sua candidatura e seu programa, buscando atrair as demais forças perdidas e desiludidas no cipoal da conciliação. Uma campanha nacional de massas colocando de início pelo gancho das eleições diretas a verdadeira dimensão do problema do poder e de um programa alternativo dos trabalhadores, o fim do regime, a constituinte etc.

Neste processo o PT não pode inclusive deixar de lado, ignorar, a questão das Forças Armadas. As classes dominantes provavelmente não tolerarão esta acumulação de forças contra a ditadura e que aponta para o socialismo. Por isso cabe ao PT se dirigir, em especial aos soldados, cabos e marinheiros, desde já, colocando-se decididamente ao seu lado em todas as contradições que sofrem no interior de suas corporações. As tradicionais lutas no campo brasileiro e os atuais saques nas cidades mostram muito bem que chega-se logo a um ponto onde as classes dominantes não cederão um palmo de seu poder a não ser pela ação da força, para a qual os trabalhadores tem que estar crescentemente preparados.

Mas enfim, o fundamental hoje não é isto ainda. O fundamental é o partido sair do casulo, lançar-se à luta política de massas com sua proposta alternativa, deflagrar amplas mobilizações de massa a escala nacional, colocando na ordem do dia a realização de um programa capaz de despertar enorme entusiasmo, destravar inusitadas energias e profunda confiança dos explorados quanto a um futuro alternativo possível e palpável, a partir das respostas aos problemas atuais sentidos pelas massas.

Lula, qual sua avaliação, sua expectativa, frente à tramitação do decreto lei 2045?

Lula — Eu não acredito que o decreto emplaque. Depois da derrota do 2024, o governo perdeu terreno e o movimento popular, a luta da classe trabalhadora, ganhou grande alento e esperanças com esta vitória. Também a nível parlamentar as oposições se fortaleceram e armam agora um esquema que dificilmente deixará o decreto chegar até o dia 25 de outubro. Antes desta data ou o governo retrai ou fatalmente sofrerá mais uma derrota.

— E a greve geral marcada pela CUT?

Lula — Nossa tarefa é preparar a classe trabalhadora para a greve em todos os lugares, nas fábricas,

Depois da derrota do 2024 o governo perdeu terreno e a classe trabalhadora, junto com as oposições, avançou nas suas esperanças e possibilidades de luta. Por isso acho que o 2045 não vai passar.

nos sindicatos, nos bairros. Levantar a propaganda da CUT, a denúncia da política econômica do governo e a proposta de organização da classe para mais este combate. Na minha opinião, a mobilização pela greve é a principal arma de pressão para a derrota do 2045. Mas veja, se o

decreto é retirado ou derrotado, o problema de forma alguma está resolvido; nossa luta é pela derrubada não só do decreto mas da política econômica do governo, desta política de arrocho, e por isso eu acho que mesmo sem o decreto devemos manter a perspectiva da greve geral para o dia 25, rediscutindo seu eixo, seu encaminhamento.

— Mas concretamente, hoje nas bases se sente uma certa dúvida, uma pergunta, se a greve vem mesmo ou não. As dificuldades materiais para sua preparação, a indefinição dos setores que ficaram de fora da CUT são questões que estão no ar...

Lula — Eu tenho feito várias reuniões nas bases das mais diversas categorias e tenho constatado uma grande disposição de luta dos trabalhadores. A situação chegou a um ponto (basta ver os saques) que o pessoal tá vendo que a única alternativa é a luta por meio da greve geral. É verdade que a divulgação ainda é pequena e tem que ser melhorada nos próximos dias. Mas esta divulgação só vai andar na medida em que se criarem os comandos de base, os comandos regionais e assim por diante como definiu a CUT. É aí que temos que atacar, mesmo com a falta de recursos materiais, usando a criatividade e a capacidade de descobrir meios e fazer finanças que o movimento popular sempre tem encontrado nestes momentos de grandes lutas. O PT por exemplo tem que se jogar nesta luta a fundo. Jogar sua estrutura, seus recursos materiais e humanos na preparação da greve geral.

solidário com as deliberações tomadas pelo Conclat e pela CUT. A classe trabalhadora e suas direções têm que entender, e estão entendendo, que se o decreto 2045 passar ela irá pagar um preço pela sua falta de organização pesadíssimo e por muitos e muitos anos: o decreto levará a classe à mais absoluta falência que se possa imaginar.

— E os entendimentos com os

O PT tem que se jogar a fundo nas lutas da CUT com sua estrutura e seus recursos humanos e materiais. O partido não pode ser apenas solidário e passivo; ele tem que se engajar ativamente nesta luta.

setores que ficaram fora da CUT?

Lula — Eu não sei se já houve algum entendimento entre a CUT e estes setores. Pessoalmente eu acho que eles deveriam ser procurados e chamados à luta dentro do calendário e das formas definidas pelo Conclat e pela CUT. E caso não venham, devemos deixar claro que aí então passaremos a trabalhar diretamente a categoria nas suas bases. De todo modo, no dia 15 de outubro, nas assembleias e plenárias marcadas pela CUT, teremos uma idéia mais exata do nível de adesão à campanha da greve geral. E aí então, creio que a CUT terá que trazer os meios de, independentemente da vontade deste ou daquele dirigente sindical, atingir a maior parcela possível da classe



LULA: Como preparar a Greve Geral

Em entrevista ao EM TEMPO Lula fala dos passos concretos para a preparação da Greve Geral, analisa a divisão do movimento sindical e aponta para os novos caminhos que o PT deve tomar para se colocar à altura dos desafios desta conjuntura.

trabalhadora, principalmente suas grandes categorias.

Veja, este é o caminho que temos que percorrer. Agora, é claro, é melhor não ir à greve do que tentar ir de qualquer jeito quando, efetivamente, talvez ela não tenha condições de ser assumida pelo conjunto da classe trabalhadora. Eu acredito que temos pela frente plenas condições de ir para a greve, mas é a CUT quem, no dia 15, em todo o país, irá fazer

uma avaliação precisa do quadro e definir os encaminhamentos seguintes dentro desta campanha.

— Passando para o outro lado, o que se espera do "Conclat da Praia Grande"?

Lula — Se o plano de lutas da CUT avançar positivamente eu creio que o encontro da Praia Grande está predestinado a se esvaziar. Não passará de um encontro de ressentidos. E aí, efe-

tivamente, este mesmo movimento de luta, mobilização e pressão da classe agirá também sobre seus dirigentes que não querem ir à batalha e eles automaticamente terão que ir chegando cada vez mais às propostas da CUT e, quem sabe, até ao reconhecimento e filiação na Central, mais cedo ou mais tarde. Por exemplo, em 1978 o Joaquinão não queria ir à greve e acabou tendo que ir senão a massa passava por cima dele. O

que eu quero dizer é que com a pressão da massa, com a luta da CUT avançando, estes dirigentes sindicais que negaram num primeiro momento o Conclat e a CUT pouco a pouco terão que ficar mais flexíveis.

— A região do ABC fará no próximo dia 8 seu congresso para fundação da CUT regional. Como está na região o pique para a greve geral, em particular nos

metalúrgicos de São Bernardo, agora sem o aparelho sindical e depois de duas experiências de greve nos últimos meses?

Lula — A CUT definiu como prioridade de implantação os congressos regionais e a fundação das CUTs regionais. O ABC, pela sua tradição de organização e luta já vai dar este passo que aos poucos será realizado em todo o país. Este congresso vai permitir ao mesmo tempo acelerar a preparação da greve na região, melhorar o nível de organização. Particularmente a categoria dos metalúrgicos de São Bernardo continua ativa, se referenciando no sindicato real e sua diretoria que desde a intervenção está instalado de fato no Fundo de

Eu acho que se deveria buscar entendimentos para a unidade na greve geral com os sindicalistas que não estão na CUT. Agora, se eles não vierem, a CUT deve entrar diretamente em suas bases chamando a classe à unidade.

Greve que vem funcionando numa sala em frente ao prédio do sindicato. Eu pessoalmente me engajo também com toda a força na luta da CUT e dos metalúrgicos de São Bernardo. Nos próximos dias estarei mais lá do que na direção nacional do PT, correndo de porta em porta de fábrica, nas assembleias, na organização dos comandos por

local de trabalho e moradia que é efetivamente a forma como todo petista pode e deve dar sua contribuição à preparação da greve geral e à implantação da CUT.

— Passando agora para o assunto PT. A Executiva Nacional acaba de abrir o debate sobre a questão do poder, lançando uma nova perspectiva para o partido dentro desta conjuntura. Ao mesmo tempo em São Paulo, a Secretaria Sindical do Diretório Estadual parece que começa a funcionar pra valer, o partido se engajando realmente na luta da CUT e começando a estruturar a intervenção petista em algumas categorias como é o caso dos metalúrgicos da capital. Como você avalia estes sinais novos no partido e suas perspectivas?

Lula — É como eu diz no início: veja, se o PT quiser ser partido mesmo ele não pode apenas apoiar, ser solidário passivamente, às lutas da classe trabalhadora. Ele tem na verdade que se engajar ativamente nas lutas da classe jogando todos seus militantes nestas tarefas de organização e mobilização de massa. Sem querer falar da gente mesmo, eu sinceramente acredito que o PT é um fator preponderante no sucesso ou não que as lutas da CUT terão no momento e daqui pra frente.

Eu acho que como reflexo deste avanço da classe trabalhadora, nas greves, no Conclat, nas respostas que a classe vem dando ao aprofundamento da crise e da política de arrocho do regime, em resposta a isso nós também, a nível da direção nacional do PT estamos sentindo a necessidade

do partido aprimorar seu programa e por isso é que se abre agora este debate sobre a questão do poder. O PT precisa ter sua alternativa própria frente ao poder, precisa de um plano de governo para apresentar ao conjunto da sociedade sua respostas à

O agravamento da crise exige que o partido aprimore seu programa e é por isso que se abre agora o debate sobre a questão do poder, sobre a alternativa do partido frente à crise que atravessa o país.

crise que aí está. É neste contexto que estamos iniciando as discussões na Executiva Nacional e que deverão culminar na pré-convenção nacional de inícios do ano que vem. Neste processo várias questões novas entrarão como por exemplo o problema da constituinte, de sua viabilidade ou não como palavra de ordem para a atual etapa de luta da classe trabalhadora, a questão das alianças com outros setores ou partidos em torno de determinados temas ou propostas, e por aí adiante.

Eu acredito que o PT que sairá da próxima pré-convenção será um novo PT, com menos ulanismo, mais caledado e experimental na luta, e ao mesmo tempo mais ousado, mais à altura da gravidade da crise por que passa o país e dos anseios sentidos pela classe trabalhadora.

Canavieiros/Pernambucano

Peões da cana derrotam 2045

Por Evlira Oliveira

Com muito frevo e cachaça e nas ruas das cidades — pois que as ruas são do povo — os canavieiros de Pernambuco comemoraram na segunda-feira, 29/9, surpreendente vitória contra os patrões e o governo. Contra os patrões que subestimaram o tempo todo o movimento grevista e sequer examinaram sua pauta de reivindicações e vitória contra o governo que teve o seu famigerado decreto-Lei 2045 derrotado no primeiro enfrentamento organizado com os trabalhadores.

Na greve que durou 3 dias, os 240 mil trabalhadores, representados por 45 sindicatos, a Federação dos trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), conquistaram 42 reivindicações, em sua maioria já asseguradas por dissídios anteriores: um aumento de 62,4% — equivalente a 100% do INPC — com piso salarial de 65,4 mil cruzeiros; salários-família; estabilidade de moradia nos engenhos e usinas para mulher e filhos; pagamento semanal às sexta-feira; terreno para plantações de subsistência e o fornecimento de água potável nos locais de trabalho.

Tradição de Luta

A organização dos trabalhadores rurais é particularmente difícil, entre outros motivos, por sua dispersão nos campos mas, novamente esta Zona da Mata Pernambucana não fugiu à sua tradição de luta e nas 45 localidades envolvidas no movimento, nos 1.300 engenhos, 42 usinas e 6 destilarias autônomas, quase ninguém trabalhou já no sábado, dia de deflagração do movimento. Segundo a FETAPE, o índice de paralisação foi de 80%, chegando a 100% em cidades como Palmares e São Leopoldo. Nesta última cidade, distante 25 Km de Recife, teve início o movimento, com 4 mil trabalhadores abandonando o trabalho e saindo em passeata pelas ruas e também se iniciou a violência que caracterizou toda a paralisação.

Somada à violência já institucionalizada e incorporada ao cotidiano dos trabalhadores rurais e a utilização da polícia do governo, chamada para "conter os excessos e guardar a propriedade", os patrões lançaram mão de milícias privadas que percorriam as usinas ameaçando os capangueiros. Vários líderes rurais foram espancados e um trabalhador, Anaro Vicente da Silva, de 47 anos e pai de 13 filhos, foi assassinado pelo administrador do Engenho do Poço, no município de Palestina. Este, depois de finalmente confessar a autoria do crime, já que "Amaro incitava os companheiros à greve", poderá ainda ser beneficiado por essa exceção jurídica, a Lei Fleury.

A lei do cão

Além da própria vitória, esse resultado tem uma importância significativa para o movimento operário e sindical do Brasil inteiro. Antes de ser votado pelo congresso, o decreto presidencial 2045, que precisou ser escorado pelo Conselho de Segurança Nacional, teve seu batismo de fogo e saiu todo chamuscado.

Os seis juizes do Tribunal Regional pernambucano que votaram a favor da petição dos canavieiros, argumentaram em sua defesa que tal decreto é "inconstitucional e desumano. O TRT simplesmente obedeceu a um princípio constitucional, segundo o qual ninguém pode perceber aquém do mínimo necessário a sua sobrevivência". E precisava votar rapidamente, antes que a greve se estendesse a outros setores do proletariado.

Além disso, a agro-indústria da cana é uma das que vem sendo beneficiadas com a crise econômica: as exportações do açúcar não têm baixado e ainda produzem para a demanda cada vez mais alta do Pró-Alcool.

Defensiva Patronal

Para os empresários da cana, a decisão do TRT foi "um ato inconsequente que provocará grande desemprego em toda a região. Os empresários canavieiros não são burros e não vão se sujeitar a isso. Vamos recorrer ao

Tribunal Superior do Trabalho, assim que for publicado o acórdão da decisão do TRT".

Os patrões, surpresos com o resultado da votação, acostumados que estão a sempre ganhar, dizem que a Lei do Sítio, pela qual cada trabalhador tem direito a até 2 hectares da propriedade para plantações de subsistência, "vai aumentar o êxodo rural, uma vez que nenhum produtor vai querer manter trabalha-

dores em suas propriedades daqui para a frente". Esta é uma antiga reivindicação dos trabalhadores, presente em todo dissídio, mas jamais respeitada pelos usineiros, pois quem já viu uma plantação de cana, sabe que quase entram pela porta e janelas das casas dos trabalhadores.

Os patrões dizem ainda, que "se forem obrigados a pagar o salário-família só pretendem admitir trabalhadores solteiros ou com poucos filhos e que a concessão do salário-maternidade restringirá a admissão de mulheres". Além das formas legais (ver box) de se contraporem à vitória dos trabalhadores, existem ainda mil maneiras, como estas, de burlar a lei.



A passeata dos canavieiros

Usineiros Recorrem

Uma semana após a surpreendente vitória dos canavieiros, todos os usineiros do Estado e cerca de 3 mil fornecedores de cana, decidiram em assembleia conjunta, seguir este mês, o que determina o Decreto-Lei 2045 — pagarão com base em 80% do INPC. Em vez de pagarem um piso salarial de 65,4 mil cruzeiros, pagarão apenas 60.379,88 cruzeiros. Justificando tal atitude, consideram a decisão do TRT "uma punição à única classe empregadora, no Brasil, que ainda não começou a promover o desemprego." Afirmam que têm direito a isso, pois o acórdão do TRT não foi publicado ainda no **Diário Oficial**, o que será feito nos próximos 15 dias.

R.G. Sul Pelegos procuram dividir

Por Paulo Cezar da Rosa

A unidade do movimento sindical gaúcho foi rompida bruscamente no último dia 28. Numa reunião convocada pelas federações, os presidentes da entidade que permaneceram no plenário criaram um Conselho Estadual de Trabalhadores para se contrapor à Central Estadual de Trabalhadores (CET) criada no último Enclat. Participaram da reunião dirigida pelo pelego Edyr Inácio da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Calçado, 14 federações, 228 sindicatos rurais e urbanos e duas associações de servidores públicos.

As principais deliberações da pelegada foram o não reconhecimento da CUT, a não adesão à proposta de greve geral no próximo dia 25 de outubro contra o decreto 2045, e a não participação da manifestação contra o decreto no próximo dia 15 no auditório Araújo Vianna em Porto Alegre.

Na verdade os pelegos e reformistas já vinham trabalhando pela divisão há algum tempo. Seis federações mais os sindicatos dos metalúrgicos e construção civil de Porto Alegre estavam puxando um ato contra o decreto 2045 no último dia 30, seguindo a orientação da articulação de Praia Grande. Mesmo o fato de reunir menos de duzentos trabalhadores não paralisou a manobra divisionista, que ainda não havia se concretizado pela total desarticulação dos presidentes de sindicatos vinculados diretamente ao Ministério do Trabalho e a Ari Campista.

Mas mesmo isso foi resolvido. O arqui-pelego presidente da CNTI esteve no Rio Grande do Sul durante mais de uma semana. Paralelo a esse processo de articulação da pelegada no estado um fator parece importante para compreender a divisão. A federação gaúcha dos metalúrgicos vive um momento pré-eleitoral e os pelegos ligados a Ari Campista estavam organizando uma chapa de oposição a Valdomiro Orso que se articula com os reformistas e participava da Central Estadual de Trabalhadores. Ao que tudo indica, o setor pelego-

reformista que tem em Joaquinão sua referência, Valdomiro Orso à frente, resolveu rifar o avanço orgânico conquistado pelo movimento sindical gaúcho em função de não perder o aparelho.

Dividir para confundir

O quadro da divisão ainda não está completamente consolidado. Mário Provensi, presidente da Federação da Alimentação, que junto com a dos metalúrgicos eram as únicas entidades sindicais estaduais a participarem da CET, se absteve de votar a criação do Conselho pelego. Além disso, a saída deste setor da CET tem pouco peso no que diz respeito a mobilizar os trabalhadores. A greve do dia 21 de julho, por exemplo, saiu levando este setor de arrasto.

O que preocupa alguns dirigentes sindicais combativos é o contrário. Se estes senhores não significam quase nada quando se trata de organizar e mobilizar, quando é para emperrar o avanço da luta e espalhar confusão este setor consegue ter um peso significativo.

A CET segue em frente

Nesse quadro, a greve contra o decreto 2045 no próximo dia 25 sai, mas um pouco prejudicada no Rio Grande do Sul. No entanto, para Paulo Renato Paim, secretário geral da CUT e Coordenador da CET/RS, "o bloco sindical ligado ao governo colocou obstáculos no caminho mas não conseguiu barrar a luta dos trabalhadores". Em nota distribuída quando se retirou da reunião convocada pelas federações, a CET afirma que "dado o acontecido, dados os insultos e a intrasigância havida na reunião das federações, cabe aos dirigentes da CET e da CUT uma única alternativa: a do trabalho, da mobilização e da defesa das propostas tiradas nas instâncias legítimas do movimento sindical".

Ironicamente, ao final da reunião da pelegada, já sem a presença de Paim e todos os sindicalistas combativos do estado, foram sorteadas, entre os presentes, cinco Consolidações das Leis do Trabalho, em edição revista e atualizada.

Rio de Janeiro Acumulando forças para a greve

Acumulando forças

O sentimento de repúdio à política econômica do governo, em especial o decreto-lei 2045, é hoje generalizado no Rio de Janeiro, uma cidade de marcada tradição oposicionista. As sucessivas mobilizações dos últimos meses, com passeata das estatais (40 mil pessoas), manifestações do 30 de setembro, passeata de 21 7 (60 mil), além da explosividade dos saques, demonstram a insatisfação popular e um campo fértil para a política da greve geral. Não há contudo um trabalho organizado no sentido de canalizar esse clima: pizações, panfletagens, cartazes, comícios.

É essa distância entre a relativa paralisia da burocracia sindical encastelada nos principais sindicatos (metalúrgicos, bancários, rodoviários, eletricitários, etc) e a insatisfação popular que, de certo modo, colocam dúvidas sobre a eficácia de uma proposta centralizadora, organizada e classista de luta, como a greve geral. Uma proposta que inclusive supere e aproveite positivamente a espontaneidade das explosões isoladas.

Dia 30 de outubro Delfim na boca do povo

Foi no Rio de Janeiro, o maior ato de protesto do país do dia 30 de setembro. Ao final, cerca de dez mil pessoas saíram em passeata pela avenida Rio Branco com o slogan "Juruna tem razão, Delfim é ladrão". Em São Paulo, houve concentração de cerca de cinco mil pessoas na praça da Sé, sem passeata ao final. Em Recife, quatro mil pessoas se concentraram na Praça da Inconfidência. Em Belo Horizonte, duas mil pessoas se reuniram na praça Rio Branco. Tancredo Neves negou aos sindicalistas a permissão para realizar o ato na praça Sete, o ponto central da cidade.

Indignados com a proibição, os manifestantes deram peso ao refrão "o povo elegeu, mas já se arrependeu".

Em Salvador, o movimento reuniu cerca de mil pessoas na praça Municipal. Os manifestantes foram cercados por pelotões da PM e foram, assim, impedidos de sair em passeata. Em Fortaleza, aos gritos de "Fora o FMI e os americanos", um cortejo de mil pessoas promoveu o enterro simbólico de Delfim. Durante todo o caminho, laranjas podres e latas vazias foram atiradas no caixão.

Bancários

Fora os interventores

Entrevista com **Luis Alves** (Luisinho), primeiro-secretário da diretoria cassada pela ditadura.

— Qual a avaliação da diretoria sobre a devolução do sindicato?

Luiz — Enquanto a diretoria estava afastada, existia uma perspectiva de devolução do sindicato; com as cassações confirmou-se nossa previsão de que o governo tentaria por todos os meios quebrar nossa organização, impedir a campanha salarial que estava em marcha e a resistência da categoria aos decretos de arrocho. Foi também uma medida contra a consolidação da Central Única dos Trabalhadores, já que nosso sindicato sempre foi um organizador do movimento inter-sindical.

— Quais as medidas imediatas tomadas pelo sindicato para enfrentar a intervenção?

Luiz — Logo após a intervenção entramos com um mandato de segurança contra o Ministério do Trabalho, exigindo nosso direito de defesa e a apresentação de provas que embasassem a sua ação. Isso foi antes da cassação. Ganhamos a liminar e fomos imediatamente cassados. No entanto, a liminar foi estendida para toda a diretoria, o que significa que, apesar das cassações, o processo vai voltar para S. Paulo, podendo ter alguma repercussão, se não a suspensão da cassação, o que é difícil, talvez a sua limitação.

Uma medida imediata também foi definir um trabalho de ocupação do sindicato, trabalhando junto aos funcionários, aos grupos de bancos, providenciando condições financeiras para manter o trabalho sindical. Perdemos a máquina do sindicato mas, mesmo assim, mantemos a nossa imprensa. A **Folha Bancária** continua sendo diária, chegando nas grandes concentrações bancárias, sendo sustentada diretamente pela categoria.

— Manter e aprofundar a organização da categoria nessa situação é um dos desafios maiores para as diretorias cassadas. Como estão enfrentando essa tarefa?

Luiz — A primeira questão que precisamos enfrentar foi a de vencer o impacto da cassação sobre a própria diretoria, que se vê absorvida pela volta ao banco, ameaças de demissões, que já são quase certas em alguns dos bancos particulares. Isso já foi vencido. No entanto, ainda existem problemas organizativos sérios.

Estamos em campanha salarial reunindo a diretoria e os representantes dos grupos de banco, todos os sábados, na Comissão de Salário. Por falta de uma direção mais firme da diretoria, essas reuniões ficam esvaziadas e confusas. Então, a primeira coisa a ser feita é retomar o funcionamento das instâncias organizativas da entidade — a executiva tem que funcionar como órgão de coordenação e centralização do conjunto das atividades. Sem isso, as plenárias da diretoria perdem a objetividade e os grupos de bancos não funcionam.

Em segundo lugar, temos que assumir um compromisso mais sério com a proposta de organização de base. A comissão de salário deve ser formada por delegados de grupos de bancos, eleitos proporcionalmente ao grau de mobilização do banco e agência. Se esta instância agora está esvaziada é uma falha da direção que deve ser superada.

— Qual o plano de luta pela retomada do sindicato?

Luiz — Nosso plano tem que se dar em quatro níveis: o primeiro é o trabalho de resistência junto à categoria, mantendo a

organização na luta pelas suas reivindicações específicas, na campanha salarial e na participação da luta geral dos trabalhadores contra a política econômica do governo. Para isso é fundamental a manutenção de nossa imprensa diária, o que é possível mesmo sem a máquina do sindicato.

Precisamos também manter um plano de ocupação do sindicato. Mesmo que a diretoria não possa ir lá, pois os interventores imediatamente chamam a polícia federal, é possível fazer promoções culturais e debates através dos grupos de banco, ida coletiva ao sindicato, manifestações, de forma a restringir o espaço dos interventores e manter a sede do sindicato como local da categoria.

Faz-se necessário também uma agitação pública, envolvendo parlamentares, entidades da sociedade civil, numa campanha de fato articulada pela devolução dos sindicatos, de forma que esse assunto não caia no esquecimento ou seja lembrado apenas nos discursos, sem que nada se faça de concreto.

E há ainda a necessidade de definir melhor a ação inter-sindical e da CUT na defesa dos sindicatos. O sindicato dos bancários sempre funcionou no apoio e solidariedade às oposições sindicais e sindicatos combativos. No entanto, o retorno, nesse momento, não está sendo à altura. Por outro lado mantemos nossos representantes na pró-CUT estadual e na CUT. Entendemos que, mesmo que a Central não congregue hoje todas as lutas dos trabalhadores, o enfrentamento decisivo ao regime militar passa hoje pela sua organização. E enquanto as lutas forem marginais, isoladas e não passarem por dentro da central sindical não vão servir para construir uma alternativa.



Eletricitários de São Paulo

Situação Vence de Nôvo

A chapa Um, encabeçada pelo atual presidente, Antonio Rogério Magri, venceu novamente as eleições para a renovação do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, com uma diferença de 6 mil votos. Dos quase 17 mil associados, 15.241 compareceram às urnas. 10.603 votaram na chapa Um, dando-lhe a vitória no primeiro escrutínio; 4128 votaram na chapa Dois e 510 foram de brancos e nulos. A oposição, encabeçada por Josué Monteiro de Castro, registrou pedido de impugnação das urnas do Interior onde foram observadas inúmeras irregularidades.

Construção civil de Volta Redonda

Um pelego a menos

Depois da vitória dos metalúrgicos, agora foi a vez dos trabalhadores da construção civil. Foi uma eleição tumultuada pelos pelegos que tentaram invalidar a chapa da oposição. Mas não deu outra: a oposição ganhou. Os números: 328 para a oposição, 312 para a pelegada. A pequena diferença é facilmente explicada: numa categoria de cerca de 25 mil trabalhadores, a diretoria pelega sempre se valeu do fechamento do sindicato, da negativa à sindicalização por parte da oposição, para manter seu controle. Além disso, seu papel de polícia dos patrões levou à demissão inúmeros ativistas, procurando cortar os laços da oposição com a categoria. Depois de uma luta de vários anos para a organização independente dos trabalhadores, a oposição conseguiu romper este cerco de ferro.

Toda a chapa eleita participou do processo de preparação do I Conclat e o seu presidente, Ernesto Braga, é suplente da direção nacional da CUT. Agora, na região de Volta Redonda, os trabalhadores contam com os sindicatos mais importantes, o dos metalúrgicos, o dos trabalhadores da construção civil e o dos engenheiros, para avançar nas suas lutas e construir a CUT na região, inclusive, num ritmo mais rápido do que o restante do estado.

Metalúrgicos/Novo Hamburgo/RS Categoria confirma seu voto

Por Paulo Cezar da Rosa

O processo eleitoral em curso que deveria escolher a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo no Rio Grande do Sul foi suspenso pela Justiça Federal. A liminar de suspensão foi concedida em função do não cumprimento da portaria nº 3437 que rege as eleições sindicais. Os pelegos da atual diretoria, que haviam escondido o edital das eleições impedindo que a oposição registrasse sua chapa em tempo hábil, terão o prazo de 30 dias para contestar a decisão do juiz.

Anteriormente, a Delegacia Regional do Trabalho havia negado o pedido de anulação do processo eleitoral em função das "provas" apresentadas pelos pelegos. Estas provas consistiam em declarações dos empresários dizendo que tomaram conhecimento do edital, uma declaração do diretor do **Jornal do Comércio** afirmando que seu órgão circula na região em que o sindicato tem sua base e uma



declaração do tesoureiro do sindicato arrancada com ameaças, contrária a uma outra dada espontaneamente à oposição, afirmando que tomou conhecimento do edital antes do prazo de inscrição encerrar.

A oposição fez um levantamento de todas as principais bancas de jornais onde

o sindicato tem base, pegando declarações de seus donos de que realmente o **Jornal do Comércio** não é vendido, reapresentou a declaração de Laudelino Barbosa, tesoureiro do sindicato e um abaixo-assinado de mais de 1.500 metalúrgicos declarando não terem tomado conhecimento do edital.

A tentativa dos pelegos, em aliança com o **Hora do Povo**, de tentar ganhar as eleições no tapetão deixou a categoria indignada. Agora, com a anulação do processo eleitoral, a desmoralização chegou inclusive aos membros da chapa I que não haviam participado da manobra. Nos próximos quinze dias, encerrado o prazo para a contestação, será julgada a ação principal com tendência favorável à oposição. Caso confirmada a abertura de novo processo eleitoral, a Oposição Metalúrgica de São Leopoldo conseguirá nas urnas o que tanto temem os pelegos: a devolução do sindicato às mãos dos trabalhadores.

Metalúrgicos de São Leopoldo/RS "Tiro saiu pela culatra"

Por Paulo Cezar da Rosa

O Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul tem nova diretoria. A chapa I, Resistência Metalúrgica, foi eleita no primeiro turno com mais de noventa por cento dos votos. Dos 1.383 metalúrgicos aptos a votar, 1.048 foram às urnas. Destes 945 apoiaram a chapa I e os 103 restantes votaram em branco ou nulo.

Para João Machado Mendes, re-eleito presidente, "não houve uma chapa de oposição concorrendo com a gente porque não houve espaço para isso. A pelegada foi varrida da categoria. Não teria a mínima chance. Houve uma tentativa de um apoiador do **Hora do Povo** que andou reunindo com alguns companheiros de base. Eles se organizaram para intervir nas

assembleias de dissídio em oposição à diretoria, mas foram vendo que não tinha sentido um trabalho deste tipo. Até que foi lançada uma nota numa das últimas assembleias criticando a gente violentamente. Os companheiros das fábricas que sabiam a origem daquilo simplesmente queriam tirar o couro dele. Eu tive de intervir para manter a calma, senão seria um massacre".

João Machado acredita que houve erros nos três primeiros anos de gestão. Segundo ele, quando a oposição assumiu o sindicato em 80 é que viu que as coisas não eram tão simples, que além da inexperiência, existe uma série de fatores que atrelam os sindicatos e impedem um trabalho melhor.

Já Paulo Haubert, eleito tesoureiro do

sindicato, mesmo concordando com isso, ressalta que estes fatores não impediram que os metalúrgicos de Novo Hamburgo fizessem uma greve em 82 com 1.500 trabalhadores presentes na assembleia de decretação numa categoria de quatro mil. Não impediu também o avanço constante na organização não só dos metalúrgicos mas de todos os trabalhadores de Novo Hamburgo. Junto com o sindicato do calçado e os movimentos de bairro, o sindicato dos metalúrgicos é responsável pela convocação de três assembleias municipais de trabalhadores massivas e é a espinha dorsal de uma comissão municipal cujo objetivo é dirigir as lutas gerais e apoiar as lutas específicas sindicais e de bairro.

Juntos com a CUT, preparar a greve geral

Nunca o Brasil atravessou crise igual. O regime militar se desagrega, com seus diferentes setores brigando entre si para impor seu candidato a presidente. A crise econômica segue incontrolável, com o imperialismo sugando o país via FMI e a inflação, o desemprego e o arrocho salarial espalhando a miséria e a fome.

O povo se revolta e saques explodem em quase todas as grandes cidades. E essa revolta começa a tomar forma organizada, depois das greves de julho e da criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, o Conclat. E hoje a CUT decidiu: no dia 25 de outubro vai haver greve geral, contra o regime militar e sua política econômica.

Nenhum dos grandes problemas dos estudantes pode ser resolvido enquanto



Juciano Andrade

perdurar esse regime e sua política de jogar todo o ônus da crise nas costas dos oprimidos. Hoje os estudantes ou já são trabalhadores ou serão no futuro e a falta de verbas, os aumentos das anuidades, a não existência de democracia e autonomia na universidade, a repressão ao prazer e o desemprego que atingem os estudantes não podem ser resolvidos senão numa luta conjunta com a dos trabalhadores.

Por isso, é necessário preparar a greve geral também na universidade, usando de toda a imaginação para se fazer a agitação das bandeiras de luta, criando comandos de greve locais, estaduais e nacionais que dirijam toda a preparação política e as tarefas práticas da greve em sintonia com as entidades dos trabalhadores, estabelecendo planos precisos de atividades durante a paralização para evitar o esvaziamento.

PT lança diretrizes para o Congresso

Atendendo a um pedido das lideranças estudantis petistas presentes no último Conselho Nacional das Entidades de Base, a Executiva Nacional do PT resolveu convocar um Encontro Nacional dos Estudantes do Partido. A data do Encontro ainda não está marcada pois a Executiva não considerou adequada a proposta dos estudantes para o dia 20 de outubro, na véspera do Congresso da UNE, preferindo cumprir um calendário mais lento, mas que envolvesse as instâncias municipais, e regionais, ampliasse as bases estudantis e priorizasse uma implantação de médio prazo do PT na Universidade.

Para o Congresso da UNE, a Executiva Nacional do PT vai lançar um documento dirigido aos delegados petistas, fixando alguns pontos básicos da política do PT para o movimento estudantil.

É fundamental unificar a intervenção dos petistas no Congresso. Para isso, é necessário uma reunião de todos os delegados petistas presentes.



Com base nesse documento, é necessário realizar uma reunião de todos os delegados petistas, para discutir e unificar a intervenção do partido no Congresso. Nessa reunião, é necessário que o petistas definam seu programa e façam um chamamento a todos os presentes para discuti-lo, lançando-se uma chapa para a diretoria da UNE com todos, petistas ou não, que concordem em seus aspectos básicos.

De nada adianta ser oposição à diretoria da UNE apenas

por sê-lo, sem ter um programa claro. De nada adianta realizar alianças com setores supostamente combativos dessa diretoria, mas que, por exemplo, são contra a CUT. A delimitação programática é a única possível para o movimento avançar ao invés de cair no emaranhado dos conchavos de bastidores.

Esta é uma tarefa diante da qual não pode caber qualquer tergiversação por parte de todos os setores petistas do movimento estudantil.

Eleições Diretas para a UNE

Estamos em um momento em que as entidades estudantis estão esvaziadas e distantes dos estudantes. Num momento como esse, a proposta de eleição direta para a próxima diretoria assume uma grande importância. Se é verdade que será o encaminhamento das lutas e reivindicações que reaproximará a entidade dos estudantes, também é verdade que as eleições diretas podem ser um excelente instrumento de agitação, colocando a entidade para largas parcelas dos estudante, divulgando amplamente as diversas propostas existentes em seu interior e dando a legitimidade necessária à próxima diretoria para melhor encaminhar essas lutas.

No entanto, devido ao processo de greve geral, não há espaço

para realizar essas eleições ainda nesse ano. Assim, é necessário se eleger uma diretoria de reorganização que dirija as lutas e promova um amplo processo de eleições diretas no início do próximo ano.

Contra a fraude

Que as instâncias da UNE estão parecendo um circo, qualquer um que não seja cego pode ver. Mas agora, a coisa piorou, com a maioria de sua diretoria propondo simplesmente a institucionalização da fraude. Sob o disfarce de "respeito as bases", propõe-se que cada entidade fique responsável pela eleição dos delegados, não havendo qualquer critério nem controle unificados. Para impedir isso, é

necessária a convocação de um conselho de entidades gerais, que estabeleça critérios e faça o controle do credenciamento no Congresso.

Além disso, é necessária uma nova postura durante os trabalhos do Congresso, realizando-se a discussão em grupos que cubram toda a pauta e a funilem as propostas, dando-se prioridade de palavra para os delegados e evitando-se a formação de cliques, chacrinhas e demais coisas do gênero.

Outro problema importante é quanto à data do Congresso, pois se persistir a atual, 21, 22 e 23 de outubro, a preparação da greve geral de 25 de outubro poderá ficar seriamente ameaçada. Assim, é necessário o adiamento do Congresso por uma semana.

Os estudantes exigem

Educação, trabalho e liberdade

Os estudantes são jovens e é necessário **criar, defender e ampliar espaços em que possa exercer livremente sua sexualidade e prazer.** Assim, é necessário combater o machismo, e a violência contra a mulher, denunciando o plano de controle da natalidade do governo e exigindo o **aborto livre, gratuito e garantido pelo estado.** Do mesmo modo, é necessário lutar pela **descriminalização da maconha**, que não causa mais danos à saúde que o álcool, por exemplo, pois a atual situação só interessa aos traficantes e ao aparelho de repressão, que vivem em íntimo contato.

Por uma nova universidade, autônoma, gratuita e democrática.

Ao nível da universidade, quem tem que decidir sobre seus rumos é a comunidade que nela estuda e trabalha, ou seja, os estudantes, professores e funcionários, sem interferência do Estado, daí a luta pela **autonomia universitária.** Essas decisões tem que se dar de maneira democrática, o que só se consegue com **eleições livres e diretas para todos os cargos de chefia e uma terça de participação nos órgãos de poder para cada setor da comunidade, com comissões paritárias para discutir e deliberar sobre os problemas de cada curso.** É importante lembrar que o processo de democratização não deve se restringir ao funcionamento, mais também ao acesso e a seu papel na sociedade.

Se quem tem que decidir os rumos da universidade é sua comunidade, os recursos para seu funcionamento devem vir do Estado, que os recolheu de toda a população na forma de impostos. Assim é necessário lutar por **mais verbas nas escolas públicas**

e **contra o projeto MEC-CRUB** com sua proposta de funcionamento gerencial e de autonomia financeira, que nada mais é do que a entrega da universidade aos interesses dos donos do capital que a financiou.

Nas escolas particulares, é necessário lutar por **nenhum aumento das anuidades**, para garantir a todos os seus alunos o direito ao estudo, evitando-se a evasão. Mais do que isso, a educação não pode ser objeto de lucro, o que torna importante a luta pela **estatização das escolas pagas**, passo decisivo e necessário rumo ao **ensino público e gratuito.**

Contra o desemprego

Hoje, a grande maioria dos estudantes trabalha. Ou tenta, pois a crise econômica e a entrega do país ao FMI se refletem no maior desemprego já visto na nossa história. Nesse sentido, e também no da melhor formação profissional, é necessária exigir que a universidade garanta **estágios remunerados a todos.** É também necessário a **regulamentação** de diversas profissões, a de sociólogo, por exemplo.

Nenhum dessas questões pode ser conseguida sem o fim da atual política econômica, **rompimento dos acordos com o FMI e não pagamento da dívida externa.** E para isso, é necessário lutar **contra a legislação repressiva**, em especial a LSN, pela **imediata convocação de eleições diretas para presidente e pelo fim do regime militar.** Enfiando todas essas questões, dando um tratamento global à questão do poder, é necessário a luta por uma **Constituinte livre, democrática e soberana**, no rumo de um **Governo dos trabalhadores.**

Movimento Estudantil

Balanço e perspectivas

Em meio à forte crise que abala todos os setores da sociedade, os estudantes só podem avançar se ligarem suas lutas às dos trabalhadores.

Quando se vê que hoje em dia a UNE não é mais do que uma sigla que de vez em quando aparece nos jornais, pode-se dizer com certeza que o movimento estudantil está em crise.

Para se entender as causas dessa crise deve-se partir do fato que os estudantes não ficam parados diante dos ataques do MEC e dos donos de escola. Ao contrário, se mobilizam massivamente, visando conquistar e preservar seus direitos.

No entanto, os estudantes não tem peso no processo de produção, o que torna suas lutas mais difíceis fora de um quadro de ascenso do movimento operário e popular. Esse isolamento social está acabando, fruto das greves de julho e da criação da CUT, mas seus efeitos ainda permanecem.

Além disso, a crise econômica diminui o papel da universidade como geradora de mão de obra qualificada e promotora da ascensão social da pequena burguesia, o que leva muitos estudantes a abandonarem o curso por desilusão com o nível de

Com a crise do movimento estudantil, o MEC e os donos de escolas vão conseguindo lentamente a privatização e a mercantilização do ensino.

ensino ou problemas financeiros, o que também dificulta as lutas.

A política das correntes que hoje estão na diretoria da UNE também contribui, e bastante, para a crise. Buscando alianças com reitorias e donos de escolas que sejam "progressistas" para "isolar o MEC", essas correntes são contra quaisquer reivindicações e formas de luta que possam "assustar os aliados", mesmo que estas sejam do interesse dos estudantes. Em 82, essa política foi bastante reforçada pelas ilusões eleitorais na oposição burguesa, que radicalizou seu discurso para conseguir seus votos.

Isso leva inevitavelmente a uma postura manipulatória frente ao movimento e ao desrespeito à democracia das entidades, transformando suas instâncias em verdadeiros circos, com fraudes em eleições, discursos inflamados que nada têm a ver com a realidade, claque, provocações afastando os estudantes e agravando seu isolamento em relação aos seus verdadeiros aliados, os trabalhadores.

A isso se soma a incapacidade de todos aqueles que compreendem a necessidade da mobilização independente e aliança dos trabalhadores, em especial os petistas, em gestar uma política comum que se contraponha a dessas diretorias.

O resultado disso é que as lutas que ocorrem ou são derrotadas ou só alcançam vitórias parciais e os estudantes perdem a confiança nas entidades e nas próprias forças, gerando a situação de

crise. A principal consequência é que o MEC e os donos de escolas vão conseguindo lentamente a privatização e a mercantilização do ensino.

A necessidade de formação em massa de técnicos de nível superior, embora sem uma visão global do processo produtivo, gerou um grande aumento no número de vagas e o acesso da pequena burguesia à universidade. Isso, somado à privatização do ensino e à proletarização dessa pequena burguesia levou a que os estudantes, embora não tenham peso enquanto tal no processo produtivo, estejam socialmente ligados à classe trabalhadora. Hoje, os estudantes ou já são trabalhadores ou o serão no futuro.

Esse fato, juntamente com o que expressiva parcela da vanguarda estudantil está ligada ao PT, determina que a evolução desse movimento esteja intimamente ligada a do movimento operário e popular. Assim como está havendo uma retomada nas lutas operárias, num quadro de politização e de centralização nacional e com o desgaste das ilusões eleitorais, tudo indica que um novo ascenso está se iniciando no movimento estudantil. No seu início, esse ascenso tem se pautado em lutas localizadas e bastante radicalizadas, sendo dirigido por vanguardas isoladas, surgidas no processo e tendendo a passar por fora das entidades, principalmente as gerais.

Não existe fórmula mágica que faça o movimento estudantil sair da crise. No entanto, podem ser colocadas em prática um conjunto de orientações que reforçando o ascenso e o dirigindo, permita ao próprio movimento superar sua crise.

Como o ascenso que se inicia está intimamente ligado ao do movimento operário e popular, a principal tarefa é retomar a participação dos estudantes nas lutas sociais, ao lado dos trabalhadores. É necessário relacionar as lutas estudantis com as dos trabalhadores, mostrando claramente que ao se aliar com eles, os estudantes não farão nada mais do que lutar contra o inimigo comum, a ditadura e o regime de exploração.

Assim, como está havendo uma retomada das lutas operárias, num quadro de politização e centralização nacional, tudo indica que um novo ascenso está se iniciando no movimento estudantil.

É necessário também, pelos mesmos motivos, retomar a tradição internacionalista do movimento estudantil, chamando os estudantes a apoiarem a luta dos trabalhadores e oprimidos do mundo inteiro, em especial as lutas da América Central e da Polônia.

Além disso, é preciso ampliar o campo de ação das entidades para as questões da juventude, discutindo a sexualidade, as

drogas, o aborto a cultura e a ecologia, conquistando espaço para o prazer e para se construir uma efetiva vivência entre os estudantes. Iniciativas como a do Cio da Terra, I Encontro da Juventude Gaúcha tem que ser discutidas, repensadas e colocadas em prática num patamar superior.

A democracia das entidades deve ser um ponto de honra. E democracia é participação de todos nas tarefas e nas decisões comuns, o que só é possível de se conseguir após um longo trabalho de se levar a discussão política e a mobilização até a base do movimento.

É necessário relacionar as lutas estudantis com as dos trabalhadores, mostrando claramente que ao se aliar com eles, os estudantes não farão mais do que lutar contra o inimigo comum.

A diretoria não deve ser algo que paira sobre a entidade mas, em forma de um programa claro, ser impulsionadora e centralizadora do trabalho cotidiano, criando comissões que o levem adiante e sirvam de canal para a participação de todos. As assembleias e outras instâncias devem ser o ponto culminante de um processo de discussão anterior, pois só dessa maneira serão rápidas, objetivas e massivas até o final.

Além disso, para se levar essa política adiante é necessário reestruturar as entidades, dotando-as de sedes, de finanças próprias, enfim, criando as condições materiais para o trabalho político.

Todas essas tarefas políticas são vinculadas entre si e sua implementação tem que ser feita em termos globais e nacionais. Daí a importância da atuação do PT dentro do movimento estudantil pois somente ele pode implementar global e nacionalmente uma política que dirija o ascenso e supere a crise, vencendo as correntes reformistas nos embates políticos dentro das entidades.

É necessário, portanto, organizar o PT, com núcleos nas escolas, com uma estrutura partidária que permita a discussão democrática na base e a ação unitária, com um programa e propostas de ação para o movimento estudantil coerentes com os para a sociedade. Se organizar para fazer trabalho cotidiano, impulsionando e dirigindo as lutas, levando suas propostas nas instâncias das entidades e encaminhando o que for democraticamente deliberado.

Para isso, é necessário reforçar os núcleos por escola já existentes, construir outros, realizar encontros de estudantes petistas locais e regionais, realizando um amplo processo de discussão que culmine num Encontro Nacional de Estudantes do PT que tenha condições reais de deliberar uma proposta, em termos de programa, plano de ação e estruturação do partido no movimento.

Além de necessária para a superação da crise do movimento, a intervenção do PT é importante para a construção do partido, para a juventude dar vazão a todo o seu potencial transformador.

As bases objetivas para isso estão dadas, com o ascenso que se inicia, com o desgaste das ilusões eleitorais, com o desmascaramento dos governos da oposição burguesa e com uma parte expressiva dos estudantes já tendo feito sua experiência com os reformistas.

Além disso, se necessário para o movimento sair da crise, a intervenção organizada do PT é também importante para a própria construção do partido, pois só fazendo política, o PT mostrará a todos que é uma alternativa viável para a juventude dar vazão a todo o seu potencial transformador.



Custo de vida

Que ninguém fale por nós

As mulheres sentem mais diretamente o problema da fome e da carestia por que tradicionalmente se ocupam das compras e da alimentação da família. Mas sempre que podem falar por si mesmas, elas questionam a sua imagem de mães e esposas chorosas e partem para a luta.

Por Marília Carvalho e Tatau Godinho

Tendo ao fundo o Parque e o monumento, o grupo de mulheres vestidas de negro segura duas faixas: "Contra a Carestia e o Desemprego, Associação de Mulheres do Grajaú"; "Pedágio para o acampamento dos desempregados". Elas são poucas e recebem muitos "nãos" dos carros ricos que passeiam na tarde de sábado. Vieram de longe, do bairro, as crianças estão por ali, batendo as panelas vazias que elas trouxeram. Ao entregar o dinheiro recolhido à Comissão Coordenadora do acampamento elas afirmam para a assembléia de desempregados: "Nós, mulheres, somos fortes e estamos na luta. Estaremos com vocês até o fim, porque sofremos o desemprego também. Nós, donas-de-casa, somos desempregadas permanentes."

Esta voz de mulher-forte, sofrida, consciente —, contrasta com todas as vozes que têm falado em nosso nome, cada vez com mais frequência nestes dias de crise.

Primeiro foram as "marchadeiras". Treze senhoras, de acordo com a imprensa todas com mais de sessenta anos, reunidas num amplo apartamento numa das áreas mais nobres da cidade, revivem o MAF (Movimento de Arregimentação Feminina) de dos organizadores da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", em março de 64. Nas palavras da primeira-secretária, Julieta Nunes Pereira, "Ficamos um ano participando da conspiração (do golpe militar de 31 de março), fazendo cursinhos de liderança e tudo."

Pois estas senhoras, que geralmente se reúnem para relatar visitas de caridade e debater a "imoralidade vigente", resolveram fazer um manifesto "contra a fome, a corrupção e a perda da soberania nacional". Elas garantem que a fome derruba qualquer regime e que "o comunismo está de volta". A imprensa, é claro, deu matéria de capa, apesar da reclamação das "mafianas" de que "os jornais estão mais preocupados com manifestações sensacionalistas como bater em panelas vazias."

Que ninguém confunda estas vozes com as verdadeiras vozes das mulheres. A nossa voz é a da doméstica Janizete dos Santos Barros, presa em flagrante no dia 27 de setembro, por participar do saque a um supermercado na Cidade Leonor, Zona Sul de São Paulo: "Quero que alguém traga meu filho de quatro meses aqui na delegacia para eu amamentar. E quero um emprego melhor quando eu for solta, prá poder sustentar meus pais e três irmãos pequenos" (FSP — 29.9.83).

Eternas vítimas

Que ninguém confunda a nossa voz com a choradeira da imprensa. "Presa ao roubar leite para o filho"; "Ouvia meu filho chorar, precisava arrumar leite", "Dalila, pouco mais do que uma menina, passa os dias chorando na cela, com saudade do filho e do mundo lá fora". "Marinalva de Jesus, 24 anos, não pára de chorar. Quatro filhos pequenos (o mais velho tem quatro anos), baiana de Antas, Marinalva está há três anos em São Paulo. Ganha Cr\$ 20 mil mensais fazendo limpeza. Seu companheiro a abandonou em março". A entrevista, feita pela **Folha de São Paulo** no 11.º Distrito Policial onde Marinalva estava presa por pegar comida num supermercado, termina de forma patética: "Onde estão meus filhos? Disseram que foram para a Febem. Não tenho mãe, nem pai, nenhum parente. Quero meus filhos, pede a moça aos prantos".

Esta exploração barata de situações realmente dolorosas e terríveis, trouxe as mulheres novamente às notícias sobre a crise. Por que os jornais, entre várias pessoas presas, entrevistam apenas as mulheres? Até agora, as notícias eram todas no masculino, como notávamos na edição n.º 169 do **EM TEMPO**: os manifestantes, os desempregados, os saqueadores.

Estamos cansadas de ser "vítimas chorosas e mães em desespero". Estivemos e estamos nas ruas, na luta contra o decreto 2.045, na greve do dia 21 de julho, na luta contra o desemprego e a carestia. Mas isso os jornais não mostram, porque



Diante da fome, a imprensa explora a imagem de vítima das mulheres

não corresponde ao nosso papel tradicional de mulheres passivas, mães abnegadas que só pensam na família, vítimas desesperadas.

Não era essa a imagem das 300 mulheres e crianças que saquearam o Supermercado Estrela, em Guianazes, Zona Leste de São Paulo, no dia 23 de setembro. Estavam tranquilas e confiantes. Entraram de cabeça baixa e em silêncio. "As mulheres iam abrindo as sacolas e as crianças jogavam dentro a mercadoria", conta o funcionário.

O que queremos

Nos idos de 1977 e 1978, no auge do Movimento do Custo de Vida, a participação massiva das mulheres não significou um questionamento ao seu papel tradicional de donas-de-casa e mães. Pelo contrário, o movimento se utilizava desta imagem para ganhar o apoio popular e fechar espaço para a repressão. Hoje os tempos são outros.

Queremos, sim, o congelamento do preço de todas as mercadorias de primeira necessidade. Queremos o fim do arrocho salarial e do desemprego. Mas queremos também que as mulheres recebam o mesmo salário que os homens por trabalho igual. Queremos o direito das mulheres casadas e ou mães ao emprego. Queremos ter acesso aos cursos profissionalizantes. Queremos entrar em todas as profissões. Queremos plenos direitos trabalhistas para as empregadas domésticas, trabalhadoras rurais e trabalhadoras industriais a domicílio. E queremos o direito de escolher ter filhos ou não. Somos contra os planos de redução do crescimento da população exigidos pelos banqueiros.

Estaremos brigando por tudo isso na greve do dia 25 de outubro. É essa a voz com que nos identificamos: a voz da classe operária, da Central Única dos trabalhadores, porque somos trabalhadoras, donas-de-casa, mulheres em luta pela nossa libertação.

O QUE É FEMINISMO 3

Aprendendo a ser mulher

Moral e violência Não queremos ser máquinas de fazer filhos

Um dos primeiros presentes que uma menina ganha é uma boneca. O menino ganha uma bola. São as primeiras definições do universo feminino, em casa, e do universo masculino, na rua. É na família que o menino e a menina começam a aprender o papel que se espera de cada um deles na sociedade. Atrás de frases como "lugar de menina é jundo com a mãe" e "menino não chora e não leva desaforo para casa", passa, das mais variadas formas, toda uma educação que diferencia o menino da menina. O menino aprende a ser agressivo, seguro, racional, independente, forte e mais tarde polígamo; e isso

passa a significar ser homem. A menina aprende a ser dócil, frágil, emocional, dependente, tem que ser bonita e mais tarde monógama; e é isso que a faz mulher.

Na escola essas características são reforçadas através dos livros didáticos, do tratamento diferenciado e do estímulo a seguir carreiras masculinas ou femininas. O pensamento religioso reforça o papel tradicional da mulher enquanto mãe e esposa, além de incentivar uma moral onde o prazer é identificado com o pecado. A televisão, o rádio, cinema, revistas, etc, reforçam esses mitos do que é ser feminino e masculino.

A família, a escola, as religiões organizadas, os meios de comunicação são mecanismos utilizados para difundir as idéias da classe dominante, a ideologia dominante, que transmitem um conjunto de valores com o objetivo de tornar os indivíduos o mais possível vulneráveis à exploração.

Moral e violência

O aprendizado para a submissão legítima a posição secundária das mulheres na sociedade e faz com que um papel que é aprendido desde a infância passe a ser aceito como característica "natural", como "psicologia feminina". A moral que se forma a partir das idéias da classe dominante é extremamente rígida no julgamento e controle do comportamento das mulheres no dia a dia, acabam também por serem justificadas, e até consideradas "normais".

É porque a mulher é vista como frágil, dependente, incapaz de se defender e existindo sempre em

"função de um homem" — do marido, do pai, do irmão — para "servir ao homem", que existe tanta violência contra as mulheres. Essa violência aparece todos os dias, na agressão machista sobre as mulheres, que se expressa nas cantadas na rua ou no emprego, nos estupros, nos assassinatos de mulheres por causa de infidelidade ou nos espancamentos de mulheres por seus maridos ou amantes.

Não queremos ser máquinas de fazer filhos

Esses mesmos mecanismos são utilizados para manter uma ignorância generalizada sobre a sexualidade e o funcionamento do corpo que é a base da repressão sexual que se manifesta de maneira muito mais forte sobre as mulheres do que sobre os homens. E como no capitalismo as mulheres continuam sendo encaradas como fundamentalmente reprodutoras de trabalhadores manter essa repressão e ignorância é importante para que a classe dominante, e o Estado que defende

os seus interesses, possa controlar a função de reprodução das mulheres. Assim, o aumento ou redução da população é mais um instrumento de controle sobre a classe trabalhadora de acordo com os interesses do Estado, da indústria farmacêutica que produz os métodos de contracepção. Não se leva em conta a saúde das mulheres, o seu direito de ter ou não ter filhos.

No entanto os avanços no campo de contracepção e do aborto criam condições objetivas para as mulheres terem possibilidade de controlar a sua reprodução. O acesso à informação e uso desses métodos anticoncepcionais e o direito ao aborto é uma das condições essenciais para a libertação da mulher. Mas hoje, essa possibilidade não é concretizada para a grande maioria das mulheres, por falta de atendimento médico adequado, ausência de informação, proibições legais (como no caso do aborto) e pela implementação de planos de controle da natalidade impostos pelo Estado, que não atendem aos interesses das mulheres.

As posições da "ala renovadora" do PCB que se expressam nesta entrevista são ainda claramente posições em evolução, que expressam uma tentativa de romper com a tradição stalinista do partido. Em muitos aspectos, esta ruptura se mostra muito parcial. Por exemplo, na apreciação da situação polonesa, onde no fundo o critério fundamental para definir uma posição é se há ou não alguma ameaça à estabilidade dos regimes e das alianças do "bloco socialista". Uma eventual desestabilização das burocracias dirigentes é identificada com uma ameaça ao socialismo.

Na política para o Brasil hoje, os "renovadores" se colocam à esquerda do "Coletivo Nacional", na tentativa de recusar o etapismo, de enfatizar a importância de a classe operária aparecer com sua

2ª Parte

Entenda o racha do



própria cara, com seu rosto na política. Dentro desta concepção, os "renovadores" valorizam a greve geral de 21 de julho, as mobilizações operárias.

Contudo, não podemos considerar que os "renovadores" tenham de fato superado o etapismo. Ainda acreditam que é necessário fazer uma aliança estratégica com a burguesia liberal, em uma posição subor-

dinada. Defendem a unidade no PMDB sob direção liberal (pois é o que ocorre, de fato, com a participação no PMDB hoje).

O argumento de que do contrário os trabalhadores se isolam, de que as alianças peemedebistas com a burguesia permitem fazer avançar a luta pela democracia, a nosso ver não se sustenta. Os políticos da

burguesia liberal não defendem o maior avanço da democracia, a sua maior abertura para os trabalhadores, mas muito pelo contrário: negociam com a ditadura a transição controlada a uma outra forma de dominação. E mais: reprimem os trabalhadores, como ficou claro nas manifestações de desempregados, no dia 21, etc. É claro que uma aliança subordinada dos trabalhadores com

a burguesia além de obstaculizar o processo de organização independente da classe operária, não ajuda a avançar na luta pela democracia, mas sim a restringe.

Ou seja, a defesa de uma participação no PMDB não decorre de nenhum realismo dos renovadores, mas é uma permanência da visão etapista, reformista, que herdamos do stalinismo.

A mesma falta de coerência com a defesa de a classe operária aparecer com seu próprio rosto encontramos na política sindical dos "renovadores" do PCB. É claro que ficar no meio, entre a CUT e a articulação sindical pelega e reformista (que defende a estrutura sindical atual, que se apoia nela) não é a posição que ajuda mais o fortalecimento da organização sindical dos trabalhadores.

— Que avaliação vocês fazem da situação política brasileira?

David Capistrano — Retomarei aqui o raciocínio de Armenio Guedes em um artigo no jornal *Voz da Unidade*. Sobressai depois das eleições de 15 de novembro de 1982, a contradição entre o processo político da abertura — o processo de transição para a democracia — e a ausência de um governo de transição. O processo de abertura política, que vem com o agravamento da crise econômica, se choca com um governo que adota uma política que colide com as necessidades do país. Isso desenha na conjuntura uma rota de colisão no desdobramento do processo político. Há uma ampliação do bloco oposicionista e a perda crescente das bases de sustentação social e política do governo. Este é um processo objetivo, real. A chave para resolver esta contradição de modo favorável ao avanço da democracia é o bloco oposicionista conseguir forçar o governo a ceder e a protagonizar um tipo de saída negociada.

Essa é uma hipótese viável. O PDS, o instrumento de sustentação política do governo está bastante desgastado. As classes dominantes, a burguesia, deixaram de ser um elemento de sustentação da política econômica à medida que se aprofunda a opção oficial pela via de recessão. Do ponto de vista do movimento operário e sindical, assistimos desde 1980 uma crescente exigência de uma alternativa para enfrentar a crise e avançar no campo democrático.

Durante os primeiros meses deste ano, predominaram as ilusões de que o governo avançaria naturalmente para a transição. Vários setores retrairam-se de exercer o método da pressão. É o caso, por exemplo, da Igreja Católica, que convocou recentemente uma manifestação de massas em São Paulo.

Neste quadro, o elemento articulador continua sendo a questão da sucessão. Isto é, qual o método será empregado para definir a sucessão e para qual regime político evoluiremos. Enfim, colégio eleitoral ou eleições diretas?

— Em grandes linhas, qual a diferença desta avaliação com a avaliação do coletivo nacional?

David Canistrano — Eles têm uma visão distinta da conjuntura pois já vêem o governo Figueiredo como o governo de transição que o dinamismo da sociedade brasileira produziu. Ao adotarem essa visão, eles borram a distinção entre bloco oposicionista e bloco situacionista, entre forças democráticas e forças conservadoras. Por um lado, por exemplo, saudaram o acordo PTB PDS como um progresso no caminho da negociação, ao mesmo tempo que descreem da pressão de mobilizações de massa. Caem, assim, numa postura acomodada e temem tudo, que no seu juízo, possa perturbar essa transição.

— Que avaliação vocês fazem da criação da Central Única dos Trabalhadores?

David Canistrano — Desde 1981, ao avaliar a I Conclat, nós observamos um elemento de ficção naquele evento e os riscos dele servir para cristalizar divisões no movimento sindical brasileiro. Nós vimos tanto a I Conclat como a Comissão Nacional pró-CUT

então eleita como algo meramente formal e ornamental. Foi uma comissão estreita para a diversidade do movimento sindical brasileiro. A comissão nacional pró-CUT, de fato, não coordenou nada. Foi um órgão receptor e expedidor de telegramas.

Só teria sido positivo a I Conclat de 1981 se ela fosse um fórum onde se discutisse o movimento e se aprovasse um programa para o movimento sindical. Este era o máximo possível. Qualquer decisão organizativa implicaria em divisão.

Nós acreditamos na possibilidade da construção da unidade do movimento operário no Brasil com base no empreendimento de lutas comuns. Experiências como a greve do dia 21 de julho. Achávamos que este processo de unificação nascente não deveria ser prejudicado pelo racha do Conclat. Por isso, optamos pela participação nos dois Conclats, o de São Bernardo e o da Praia Grande. Quanto à CUT, criada no Conclat de São Bernardo, ela já nasceu morta. Não vemos possibilidade de ela vir a ser o eixo de aglutinação das lutas das classes operárias nos próximos combates.

O dia 21 de julho mostrou que alguns sindicatos de influência petista praticam um sindicalismo de cúpula que, na prática, não se distingue do sindicalismo pelego. Do lado dos sindicatos não petistas, a mesma coisa. Com o 21 de julho, terminou a época em que as forças do sindicalismo petista podem reclamar o monopólio da combatividade.

A nosso ver, a construção da unidade do movimento operário passa ainda por todo um período de lutas, passa por um período de formas de organização intermediárias como coordenações e pactos sindicais.



— No campo partidário, como vocês analisam a crise vivida pelo PMDB?

David Capistrano — O PMDB é um partido frente. Com o avanço da transição democrática, deverão ocorrer rearranjos partidários. No momento, acredito que a crise do PMDB tende a ser superada. O programa que Ulisses expressou recentemente serve de base para uma ampla ação de unidade oposicionista.

— Como veem a situação do PT e o seu futuro?

David Capistrano — Na nossa avaliação, o PT vive uma crise muito séria. Ele até hoje não conseguiu definir o seu perfil político: entre ser uma frente de pequenos grupos de esquerda e ser um partido que tenta ocupar e ampliar o espaço existente no país para um partido de

esquerda. Enfim, uma nova tentativa como a que ocorreu no período de redemocratização ou um embrião do partido revolucionário.

A nosso ver, o PT não se concebe como um partido nacional porque o modelo que lhe deu origem é atípico. São Bernardo é atípico, é uma fortaleza. Uma fortaleza e não uma planície. A classe operária de São Bernardo tem dificuldade de ser nacional.

Se a crise do PC se resolver bem, o PT acaba. Se o PCB superar os seus problemas é um problema de tempo que o setor São Bernardo venha para o Partido Comunista. Não haverá questões realmente substanciais que nos separem.

— Vamos voltar um pouco atrás. Vocês chegaram a dizer que tinham alguns pontos de convergência com a análise de Prestes sobre o desenvolvimento capitalista e criticavam a concepção etapista do chamado Coletivo Nacional. Mas isso não os coloca numa posição crítica com relação a todo partido e não apenas este CC? Qual é a sua concepção de transformação social para o caso brasileiro? Qual a consequência conjuntural, se o governo Figueiredo não é o "governo da transição democrática", como apregoaria o Coletivo Nacional?

David Capistrano — Os elementos de convergência com Prestes estão no fato de que efetivamente ocorreu, inegavelmente, o desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira. A dificuldade de entender como se impôs o modo de produção capitalista no Brasil não foi problema específico do PC, mas de toda a esquerda e das forças democráticas do país. A crença na impossibilidade de se desenvolver o capitalismo neste país sem que antes fossem removidos os obstáculos constituídos pelo monopólio da terra e pela expropriação imperialista era largamente difundida e dominante na esquerda, até o início dos anos 70 mais ou menos, quando surgiram novas análises que procuravam descobrir qual a natureza dessa formação social brasileira inegavelmente capitalista.

Trata-se de um capitalismo que se impôs conservando o monopólio da terra, aprofundando a vinculação subordinada ao imperialismo e com a presença esmagadora do estado, que exerceu a função repressiva, de policial, e outras funções, como a organização do mercado de trabalho, eximindo a burguesia da necessidade de fazer política. Isso foi acentuado de 1964 para cá.

Transformação social no Brasil, para nós, só pode ser algo que aponte para o socialismo. O elemento democrático é fundamental nesse processo: só se avança para o socialismo no Brasil através da democracia, da conquista efetiva de um período de exercício dessa democracia política, período cuja duração não podemos pré-determinar e durante o qual se criem os instrumentos indispensáveis de luta, organização e consciência da classe operária, para que ela possa exercer um papel hegemônico nas lutas sociais.

Interessa-nos que a transição dá ditadura para a democracia seja a mais profunda e completa possível, com o máximo de participação e influência dos trabalhadores, de maneira a evitar o risco de um "acerto de

entre elites" que marginalize a classe operária, que a empurre para um gueto político onde ela terá mais dificuldade para construir sua identidade e sua organização.

— Então há uma etapa à luta pelo socialismo?

David Capistrano — Eu não gosto do conceito de etapa. Isso está muito ligado à discussão sobre a existência ou não de condições objetivas, etc, um terreno que não é o da política concreta. Agora, é evidente que hoje, concretamente, a luta pela democracia não está nas mãos da classe operária. De fato a democracia que tende a se consolidar no país terá hegemonia burguesa. E é nesse quadro que vai se desenvolver a luta pelo socialismo.

Hoje existe uma classe operária numerosa, um conjunto de massas trabalhadoras que tende a se aliar com a classe operária, democráticas e anticapitalistas, e no entanto, eis o contraste, não há organizações sindicais e partidárias, nem uma consciência socialista de massas que permita antever, num mesmo



passo, a superação desse regime e a superação do capitalismo.

— Um elemento importante para explicar esse contraste não seria a própria política de vários setores de esquerda, inclusive do PCB, PC do B, etc, privilegiando a participação no PMDB, por exemplo?

David Capistrano — Não concordo. O que interessa para as massas trabalhadoras é a democracia mais ampla, profunda e mais rápida — democracia que é direito de manifestação e organização, direito de greve, e assim por diante. Um raciocínio equivocado seria o seguinte: não seria mais conveniente para nós socialistas alongar esse período de transição, para nos fortalecermos e concluirmos esse período já com nossa hegemonia? Não, isso seria voluntarismo. Do ponto de vista da aprendizagem política das massas, que fazem a história, interessa avançar na conquista da democracia, mesmo que sob a hegemonia burguesa, como é hoje. Isso nos aproxima mais do socialismo. Participamos do PMDB por isso.

Marco Aurélio — Além de tudo, na modernização conservadora do país, as questões do socialismo e da democracia se juntam. Não entendemos a democracia como estágio pré-socialismo, mas como elemento inseparável e intrínseco ao socialismo, embora, é claro, haja qualidades diferentes numa democracia sob hegemonia burguesa e sob hegemonia operária.

David Capistrano — Consideramos que a reforma partidária visou retardar e limitar a transição. Essa foi a resultante de todas as

iniciativas partidárias antes de 1982: PT, PDT, etc.

— O que seria esse "governo de transição para a democracia"?

David Capistrano — O que contribui para essa transição é: eleições diretas para presidente da república, desembocando na formação de um governo eleito num processo que é, na tradição brasileira, notoriamente mobilizador, com manifestações, discussão e propaganda de programas, alternativas para o país. Para nós isso implica uma Assembléia Constituinte.

Marco Aurélio — E seria um governo que retrataria o pluralismo de forças da sociedade que combatem o regime e sua política econômica

David Capistrano — Não partimos de nomes ou partidos, mas de métodos, caminhos: o que permite a reprodução do regime político de 64 é esse colégio eleitoral. É ele que tem que acabar.

— E nisso se enquadra a necessidade de mobilização operária, da greve geral? Seria esse o caminho para a classe operária protagonizar a mudança?

David Capistrano — Acreditamos que a classe operária se credencia na luta política na medida em que demonstra força, clareza de objetivos, de todas as formas. Não só com a greve geral. Com congressos, plataformas, manifestações, e por aí afora. Por isso valorizamos como elemento central a mobilização contra essa sucessão de decretos-leis (2012 e outros), que passaram a ser expressão concentrada das contradições econômicas e políticas da sociedade. Um terreno privilegiado para a classe operária entrar na cena política com sua cara-própria.

— Que partido vocês imaginam para essa realidade?

Marco Aurélio — E preciso um PC compatível com a política que os comunistas vem

desenvolvendo há 20 ou 30 anos. Há no movimento comunista brasileiro uma separação grave entre duas coisas: a formulação de uma política, seu ponderável peso e inserção na sociedade e, por outro lado, a organização partidária, não proporcional ao peso político. Acharmos que se o eixo da política comunista na sociedade é a democracia, este elemento não tem sido o eixo na sua vida partidária. Acharmos que um PCB terá que ser democrático, onde a forma de direção política e organização interna sejam democráticas, com direito à discussão e incorporação dessa discussão nas decisões. Onde a unidade de ação política não derive do princípios abstratos a priori, mas de um processo de discussão efetiva. Isso exige um partido sem rigidez doutrinária, alimentado de análise da situação política e não tanto das profissões de fé. Um partido ágil e sem preconceitos, para garantir uma inserção ágil na vida política.

David Capistrano — Tem que ser um PCB realmente revolucionário, inimigo do capitalismo, democrático internamente, ativo nos movimentos sociais. E ativo nas alianças. Uma característica importante da história dos comunistas no Brasil, não se marginalizar. Nos anos 30, Prestes nos fez esse grande serviço: empurrou um pequeno partido classista para a cena política, fez dele um verdadeiro partido, com um projeto nacional, embora com erros. Um projeto com enganos muitas vezes. Mas, querer corrigir esses erros entrando num purismo que significasse nos retirar da vida política seria uma tragédia.

— E quanto ao alinhamento internacional, com relação à URSS, aos partidos europeus, às revoluções antiimperialistas, à Polónia?

David Capistrano — A política internacional do PCB que queremos deve se guiar por três elementos: a defesa da paz, contra a corrida armamentista; o apoio aos movimentos de libertação nacional; o apoio aos países que enveredam pelo caminho dos socialismo.

Hoje, quem suporta concretamente o apoio aos movimentos de libertação nacional — armas, dinheiro, cobertura diplomática, etc — é o bloco socialista, e principalmente a URSS. Para nós, a questão da corrida armamentista não é de interesse da sociedade soviética. É uma carga. Daí a nossa posição. Sem nenhuma idéia pré-concebida de alinhamento automático, o PCB, na maior parte das questões internacionais, vai ficar do lado dos soviéticos.

Com relação à Polónia: ela não deve ser vista isolada do contexto internacional dos blocos no qual ela está, queiram ou não. Todos os processos de democratização devem ser apoiados, devem ser eliminadas as deformações e tudo o mais. Mas não apoiaria nenhuma transformação que implicasse num rompimento com a URSS e desequilibrasse a



situação no centro da Europa. Seria legítimo esse raciocínio...

— E seria legítimo o golpe de Estado?...

David Capistrano — Não digo isso, porque não tenho certeza do anti-socialismo do Solidariedade. Não posso me limitar à análise da situação interna da Polónia. Tenho que pensar na resultante disso. A direção do POUP era corrupta, errou, etc? Tudo bem, tem que se corrigir em profundidade. Mas há forças que vão se aproveitar dessa tragédia para modificar o alinhamento da Polónia na Europa da OTAN, dos Estados Unidos? O limite do Solidariedade era não tocar nisso. Se tocou, cavou sua sepultura e eu não lamento.

Mas é uma discussão até certo ponto sobre hipóteses...

Marco Aurélio — Nessa questão, há também o retrato de uma certa dificuldade do mundo socialista de conviver com a sua diversidade interna, o que leva a métodos equivocados para revolver divergências. O caso Polónia não é único. São casos determinados pelo quadro internacional, como disse o Davi. Mas também pela forma como foi feito o socialismo nesses países, pelo estalinismo...

David Capistrano — Não só da história do socialismo. Também da história desses países. Que tradição democrática existia antes na Polónia?

— Ainda uma pergunta. Vocês dizem que o PCB não pode ter rigidez doutrinária, etc. Isso não contradiz o Lenin do "Que fazer?", na sua resposta aos defensores da chamada "liberdade de crítica", na idéia de que sem teoria revolucionária não há prática revolucionária?

Marco Aurélio — O Lenin é profundamente vinculado à realidade que queria transformar e, assim, o "Que fazer?" é um extraordinário livro de combate. Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária. É certo, concordo. Mas entendo que sem revolução na teoria não há teoria revolucionária. E a teoria revolucionária se formula na análise concreta...

David Capistrano — A teoria não é algo plenamente dado...

Marco Aurélio — ...e não na interpretação canônica de alguns autores marcantes e decisivos como foram Marx, Engels, Lenin.

— Há, porém, a referência a uma tradição acumulada.

Marco Aurélio — Sem dúvida. Mas a tradição, eu particularmente não restrinjo ao campo do marxismo. Há, no entendimento da realidade formulações teóricas que não foram feitas pelos marxistas. Por outro lado, a tradição marxista impôs sua existência até aos que não são marxistas. E além do mais, o marxismo não é monolítico. Há inegáveis divergências dentro dele.

A social-democracia depois de 1914

Privilegiando os acordos eleitorais com os partidos burgueses para conseguir votos e mais eleitos no parlamento, defendendo a via das reformas conseguidas por meio parlamentar, em contraposição à luta revolucionária das massas, a social-democracia se transformou em um instrumento de conservação do capitalismo, uma agência da burguesia no interior do movimento operário.

— O "cretinismo parlamentar" completa o eleitoralismo: a social-democracia passa a considerar que a conquista de uma maioria de deputados operários significaria o aperfeiçoamento do Estado democrático e a conquista do poder.

— O economicismo: a social-democracia defenderá a total separação entre as lutas política (reduzidas às questões parlamentares e eleitorais) e as lutas sindicais. Estas se limitam às reivindicativas.

— Em resumo, trata-se de uma concepção reformista: o socialismo seria atingido por lentas e gradativas reformas conseguidas graças ao peso parlamentar da social-democracia, em aliança com setores burgueses "progressistas" ou liberais. As reformas só podem ser obtidas em momentos de progresso econômico, de prosperidade. Chegamos assim ao maior paradoxo: sempre que os países capitalistas estão em crise, isto é, são ameaçados por suas contradições, pelas lutas de massa, a social-democracia se transforma em grande defensora do capitalismo.

E compreensível: nas grandes crises sociais, nas situações revolucionárias, não é possível defender reformas. Portanto, a social-democracia se transformou em um precioso instrumento de defesa do capitalismo quando em crise, e em um adocicado crítico quando ele está forte. Depois da II guerra, inclusive, foi quase abandonada a referência a uma futura "sociedade socialista". Na reconstituição da II Internacional, em Frankfurt, em 1951, foi aprovada uma declaração que defini-

o "socialismo democrático" como a coexistência durável de um setor público diversificado (estatizações, cooperativas) e um setor privado em expansão, levando a uma melhor distribuição das riquezas.

Papel de açougueiro

Não é figura de retórica, nem exagero sectário dizermos que a social-democracia por várias vezes **salvou** capitalismo. O momento mais claro talvez tenha sido na Alemanha, entre 1918 e 1923. Após a derrota na guerra, abriu-se uma crise profunda no país, um grande ascenso das massas, inclusive formando conselhos operários. O dirigente social-democrata que defendeu as instituições do Estado burguês contra as multidões operárias sublevadas, Noske, tinha clareza do seu papel. Disse: "Alguém tem de fazer o papel de açougueiro. Serei eu. 'Entre as vítimas assassinadas pela polícia especial criada por ele, estava Rosa Luxemburgo. Ebert, o presidente da república social-democrata, não foi menos claro: 'Eu odeio a revolução como o pecado'".

Depois de 1914, ocorreu uma divisão durável no movimento operário, entre de um lado a ala revolucionária, que depois da vitória da revolução russa fundaria a Internacional Comunista, e a maioria da antiga II Internacional, que adotaria posições cada vez mais moderadas com relação ao Estado burguês e ao capitalismo, isto é, posições cada vez mais conservadoras. Enquanto a III Internacional modificaria a



antiga tática da II Internacional adotando uma estratégia revolucionária de conquista do poder, construindo partidos operários de combate, a maioria da II Internacional se desvincularia dos aspectos mais radicais das suas posições anteriores. A partir destas mudanças é que passa a existir a social-democracia no sentido moderno do tempo.

Alianças burguesas

Duas mudanças são particularmente claras, nas posições pós-1914 da social-democracia: o abandono da concepção marxista do Estado, e a busca permanente de alianças com

os partidos burgueses, o abandono de uma política de independência de classe.

No terreno do Estado, abandonou-se a concepção de "ditadura do proletariado" e a visão crítica dos Estados burgueses (questões que, de fato, já eram colocadas num segundo plano mesmo antes de 1914). Os social-democratas passaram a acreditar na existência de um "Estado democrático" que poderia ser desenvolvido a reforçado a partir dos Estados burgueses existentes. Ou seja, as instituições democráticas dos Estados burgueses não teriam um caráter de classe burgueses, poderiam ser utilizadas pelo proletariado na transição ao socialismo.

Por outro lado, se até 1914 os partidos social-democratas em geral tinham preservado ciosamente a sua independência de classe, recusando a participação em governos burgueses e as alianças eleitorais com os partidos da burguesia; um episódio como o de Millerrand (socialista francês, que aceitou participar de um governo burguês) foi excepcional, e foi condenado pela II Internacional. Depois da guerra, contudo, este tipo de alianças se tornou a regra.

A concepção dos social-democratas passou então a girar em torno dos seguintes eixos:

— O eleitoralismo: as eleições deixam de ser fundamentalmente um momento de propaganda das idéias socialistas e das lutas do proletariado, e passam a ser o centro das atividades políticas da social-democracia. Esta partirá para a caça aos votos, procurando não desagradar ninguém, fazendo o máximo de alianças para ter o maior número de eleitos. As eleições não são vistas como um reflexo (deformado) da correlação de forças entre as classes e forma secundária de luta; atribuem-se a elas virtudes particulares para mudar a correlação de forças.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Virginia Pinheiro, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursal: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

NICARAGUA

Nos últimos dias aumentaram muito as pressões contra a Revolução Nicaraguense. Depois dos bombardeios do início do mês (ver ET nº 178) simultaneamente nas fronteiras da Costa Rica e de Honduras, reivindicados pela ARDE (Aliança Revolucionária Democrática), liderada por Eden Pastora, e da destruição do terminal petrolífero de Puerto Sandino reivindicada pela FDN (Força Democrática Nicaraguense) liderada por Edgar Chamorro Coronel as repercussões políticas, pelo lado da contra-revolução se fazem sentir.

A FDN acaba de declarar publicamente que vai destruir os petroleiros mexicanos que abastecem a Nicarágua e insistem que a ameaça não deve ser tomada como uma simples bravata.

Por outro lado, o governo da Costa Rica retirou seu embaixador em Manágua em protesto contra o bombardeio fronteiriço costariquenho, sem levar em consideração as explicações do governo sandinista de que se tratava de uma defesa à agressão sofrida. Ao mesmo tempo o governo da Costa Rica encaminhou à OEA um pedido de que reúna o Conselho Permanente de Defesa enquanto participa da tentativa de reorganização do Condeca (Conselho de Defesa Centro-Americano).

O Condeca foi criado no fim da década de 50, começou a se deteriorar em 1969, a partir da chamada "Guerra do Futebol" entre Honduras e El Salvador e acabou se dissolvendo com a vitória da Revolução Sandinista, dez anos depois. No último dia 1.º de outubro, os ministros de Defesa de El Salvador, Honduras, Costa Rica, Guatemala e o chefe do Comando Sul dos EUA no Panamá, Paul Gorman se reuniram na Guatemala sob o argumento de que "a reestruturação do Condeca deve ser feita pois existe uma necessidade latente e real de responder à ameaça dos sandinistas".

Ninguém tem dúvida de que toda essa programação está sendo feita pelo governo americano que segundo o *New York Times* é responsável pelo envio de medicamentos, munições e equipamentos de comunicações e víveres à posição armada nicaraguense utilizando-se da base aérea salvadorenha. Ainda segundo o *New York Times* o governo Reagan tem repetido inúmeras vezes que seu apoio aos rebeldes é o de obrigar o governo da Nicarágua a realizar eleições e suspender seu apoio à guerrilha salvadorenha. Essa informação é importante porque até agora de público só se sabia da participação da CIA no treinamento militar dos rebeldes. Isto é, pouco a pouco os contornos da ameaça imperialista vão se tornando mais claros. Publicamos a seguir uma entrevista exclusiva com Tomás Borge feita pouco antes desses acontecimentos, o que não modifica sua conclusão principal: contra a ameaça à revolução a única arma eficaz é a pressão e solidariedade de todos os povos do mundo e, particularmente, a pressão do povo norte-americano contra Reagan, contra a guerra. (V.M.)



TOMÁS BORGE EXCLUSIVO:

"Somente a pressão dos povos pode evitar o confronto"

— A agressão externa ao país vem crescendo a cada dia. Qual a situação militar atual?

Tomás Borge — A situação está ficando mais séria a cada dia. Há muita conversa a respeito de paz. E, tempts a consciência tranquila, o governo tem feito consideráveis esforços no sentido de evitar a guerra. Tantos esforços que não podemos admitir provocações como as que vêm sendo feitas através de Honduras, principalmente. Tivemos muita paciência, para evitar confrontação. Mas, de um ponto de vista pragmático, nossos esforços e o de outros países para buscar a paz não deram em nada.

Por causa da má-vontade dos Estados Unidos. Reagan quer a guerra, embora diga o contrário.

Contra o tremendo poder militar norte-americano, a única arma eficaz para se tentar, pelo menos, adiar o conflito é pressão... pressão de todos os povos do mundo. E, particularmente, pressão do povo norte-americano contra Reagan.

Devemos fazer uma análise lógica da situação. Reagan quer a paz? Sim, ele quer a paz desde que os sandinistas desistam de implementar o processo revolucionário. Desde que o povo nicaraguense se contente em ser escravo. Desde que dobremos nossa espinha às vontades do imperialismo! Quer dizer, Reagan não quer a paz. Porque ele sabe que não vamos parar com nossa revolução nem deixar de prestar solidariedade com os outros povos do mundo. E, muito menos, permitir que o imperialismo nos domine de novo!

Muito bem, os contra-revolucionários invadiram o país! Com planos estratégicos, armas, artilharia, infantaria etc. Fizeram a seguinte análise de correlação de forças: "nós temos tantas metralhadoras, tantos tanques, bem mais do que eles! Logo, devemos levar a melhor". Mas, eles não percebem que a questão não é de quantidade; é uma questão política! Pois, contra o super-equipamento, nós temos, além das armas, a consciência e combatividade de um povo revolucionário! Parece pouco? Então, pensem da seguinte maneira? Quantas pessoas o governo sandinista pode armar? Quantas quiser! E o governo de Honduras, vai entregar armas ao povo? Se fizer isso, não haverá mais motivo para confrontação com a Nicarágua, isso eu garanto!

— Como o sr. vê a ajuda militar norte-americana a Honduras, El Salvador e Guatemala?

Tomás Borge — O aspecto mais sério não é o da ajuda militar. Aliás não temos nada contra

os "conselhos" desses "conselheiros". Eles estão "aconselhando" o exército salvadorenho. E o exército salvadorenho está sendo derrotado. Eles "aconselharam" a Guarda Nacional da Somoza, e a Guarda Nacional de Somoza foi derrotada por nós. Sem dúvida, os Estados Unidos estão fadados, pela história, a serem "conselheiros" de derrotas!

Entretanto, há uma base militar sendo construída em Honduras. Isso muda a questão! Não se trata de "conselho". O que os EUA fariam se resolvêssemos, em represália, construir uma base russa na Nicarágua?

Essa base em Honduras é uma agressão muito séria à segurança da Nicarágua. É de lá que parte os ataques contra nosso território. Por isso, não estou otimista em relação à paz. Mas, estou absolutamente convicto da vitória!

— Mais de 80% da economia do país ainda está em mãos de proprietários privados. Como fica o conflito de classes, particularmente nos termos da classe trabalhadora e suas necessidades e dos proprietários?

Tomás Borge — A economia mista da Nicarágua não é a mesma de outros países da América Latina. Trata-se de uma economia mista dentro da revolução, a serviço dos trabalhadores, não da burguesia.

A maior parte das terras ainda está em mãos particulares. Mas, toda a parte produtiva é controlada pelo setor de Propriedade do Povo. Os mecanismos de comércio e exportação, bem como todo o sistema bancário, estão nas mãos do Estado. Nossa principal dificuldade é tirar nosso atraso tecnológico; esse é o nosso grande problema.

Além desse atraso, a Nicarágua também é vítima das brutais diferenças de comércio entre os países do 1.º e 3.º mundo.

Portanto, nossa principal estratégia de desenvolvimento econômico está calcada em dois vértices: exportação de produtos industriais, para novos parceiros comerciais, que estejam dispostos a negociar em bases diferentes daquelas ditadas pelo CEE e pelos EUA; e, produção de alimentos.

— A quais países ou grupos internacionais a FSLN está alinhada?

Tomás Borge — Somos não alinhados e demonstramos isso por várias atitudes. Mas, algumas pessoas pensam que "não alinhado" significa estar na órbita dos EUA. Se isso não acontece, então há "coisas por trás". Naturalmente, os EUA não são alinhados a ninguém. Mas, querem todo mundo alinhado a eles "porque não somos alinhados a ninguém; e, quem for alinhado conosco não está alinhado a ninguém".

Temos amizade com a URSS e o México, para citar dois exemplos. E, temos uma grande amizade por Cuba que, nos momentos mais difíceis, sempre nos ajudou sem impor condições.

Entretanto, nossa gratidão não significa concordância com tudo o que vem de lá. Não somos "satélites" nem de Cuba, nem de URSS.

Satélite por satélite, valeria mais a pena continuar na órbita desse cowboy, Ronald Reagan. Teríamos evitado 200 mil dores de cabeça, a guerra civil contra Somoza e todas as agressões posteriores dos norte-americanos. Mas, lutamos e conquistamos o direito a nossa auto-determinação. Não brigamos para sermos satélites desse ou daquele país.

— Sabemos que o país vai iniciar um processo eleitoral nos próximos dois anos. O sr. poderia nos adiantar alguma coisa a respeito dos princípios que norteiam essas eleições?

Tomás Borge — Bem, um processo eleitoral é, essencialmente, um ato político. Nosso desejo é de que esse processo eleitoral, esse ato político, seja tão amplo e democrático quanto possível. De toda forma, será mais amplo e democrático do que os que temos visto na América Latina em geral, para me limitar a apenas uma parte do continente. Pois, como vocês devem saber, na maioria desses países, o processo eleitoral é algo pré-fabricado, feito para confirmar a liderança de grupos minoritários que controlam os privilégios do país. É por isso que os maiores partidos da América Latina são aqueles formados por pessoas que se abstêm de votar. E penso que podemos incluir nisso os Estados Unidos. Aqui na Nicarágua, nosso povo, por meio de uma eleição formal, vai determinar o que já havia decidido com sangue. Nosso povo já votou, sim. Não com cédulas ou urnas. Mas, com trincheiras e mártires pela Revolução. Tivemos 50 mil mortos na guerra civil. Talvez pudéssemos adicionar esse número aos votos das urnas. Mas, acho que não seria justo. Nossos mortos valem mais que um milhão de votos!

Afirmo que a maioria absoluta dos trabalhadores da Nicarágua apóia a Frente Sandinista. Afinal, a revolução sandinista é a revolução dos trabalhadores e camponeses, não da burguesia.